

Revisado e Atualizado

Gestão de Cadáveres após Desastres:

Manual para as Equipes de Primeira Resposta no Terreno

Segunda Edição



GESTÃO DE CADÁVERES APÓS DESASTRES:

MANUAL PARA AS EQUIPES DE PRIMEIRA RESPOSTA NO TERRENO

SEGUNDA EDIÇÃO

Editores

Stephen Cordner

Professor Titular de Patologia Forense, Universidade Monash e Instituto Vitoriano de Medicina Legal

Rudi Coninx

Programa para Emergências de Saúde, Organização Mundial da Saúde

Hyo-Jeong Kim

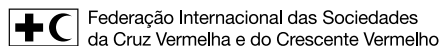
Programa para Emergências de Saúde, Organização Mundial da Saúde

Dana Van Alphen

Preparação e Resposta a Desastres, Organização Pan-Americana da Saúde

Morris Tidball-Binz

Diretor dos Serviços Forenses, Comitê Internacional da Cruz Vermelha



Genebra, 2016

Publicação Catalogada da Biblioteca da Sede da OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde)

Organização Pan-Americana da Saúde

Gestão de Cadáveres após Desastres: Manual para Equipes de Primeira Resposta no Terreno. Segunda edição (revisada).
Washington, D.C., EUA : OPAS, 2016.

1. CADÁVERES
2. DESASTRES NATURAIS
3. EMERGÊNCIAS APÓS DESASTRES
4. GESTÃO DE DESASTRES
5. EPIDEMIOLOGIA EM DESASTRES

ISBN: 978-2-940396-54-2

(Classificação NLM: WA 295)

© Organização Pan-Americana da Saúde, 2016.

Todos os direitos reservados. As publicações da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) estão disponíveis na página web da organização (www.paho.org). Os pedidos de autorização para reprodução ou tradução das publicações da OPAS devem ser encaminhados ao Programa de Publicações no site da OPAS (www.paho.org/permissions).

As publicações da Organização Pan-Americana da Saúde possuem proteção dos direitos de autor em conformidade com as disposições do Protocolo 2 da Convenção Universal dos Direitos de Autor. Todos os direitos estão reservados.

Os termos empregados e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de nenhum tipo de opinião de parte da Secretaria da Organização Pan-Americana da Saúde em relação ao status de nenhum país, território, cidade ou área ou das respectivas autoridades, ou em relação a delimitação das fronteiras e limites. As linhas pontilhadas ou tracejadas nos mapas representam fronteiras aproximadas para as quais não existe total acordo.

A menção a empresas específicas ou produtos de determinados fabricantes não implica que sejam endossados ou recomendados pela Organização Pan-Americana da Saúde em detrimento dos demais, de características similares que não foram mencionados. Salvo em caso de erros e omissões, os nomes de produtos patenteados são diferenciados por letras maiúsculas.

A Organização Pan-Americana da Saúde tomou todas as precauções possíveis para verificar as informações contidas na presente publicação. Contudo, o material publicado é distribuído sem nenhum tipo de garantia, expressa ou implícita. A responsabilidade pela interpretação e uso do material recai no leitor. A Organização Pan-Americana da Saúde não estará sujeita em nenhum caso a responder por danos decorrentes ao seu uso.

PREFÁCIO

Os desastres naturais podem ter consequências catastróficas, gerando uma grande quantidade de mortes e sobrecarregando enormemente os serviços locais, e até regionais, de respostas de emergência. As organizações e comunidades locais são normalmente as primeiras a responder em caso de desastre, o que inclui o resgate e a atenção aos sobreviventes e a gestão de cadáveres.

A comunidade humanitária reconhece que a gestão adequada dos cadáveres é um componente importante da resposta em casos de desastre, juntamente com o resgate e o cuidado dos sobreviventes e o oferecimento de serviços básicos. A experiência com os acontecimentos como o tsunami no Oceano Índico, em 2004, e o tufão Haiyan nas Filipinas, em 2013, reafirmou o fato de que as equipes de primeira resposta — incluindo os moradores e os voluntários locais — desempenham um papel importante na gestão dos restos mortais.

As equipes de primeira resposta em todo o mundo precisam de orientações simples, práticas e fáceis de seguir, de modo a garantir que possam realizar as suas tarefas de maneira digna e apropriada. Isso inclui tomar as medidas necessárias para auxiliar o trabalho futuro dos especialistas e investigadores forenses de identificar os restos mortais e esclarecer a sorte das pessoas desaparecidas. Essa orientação é também necessária para o planejamento da preparação adequada para desastres.

A primeira edição deste manual foi publicada em 2006, precisamente para responder a essas necessidades. Foi um passo importante na prática para a melhoria da gestão de cadáveres em casos de desastres, promovendo uma compreensão das razões pelas quais é importante que a gestão seja feita de modo adequado e digno, ajudando as pessoas a reconhecerem o papel das equipes de primeira resposta nesse sentido.¹

O manual vem sendo solicitado constantemente desde a sua publicação. Atualmente disponível em vários idiomas, tem demonstrado a sua utilidade em grandes desastres e acontecimentos que envolvem vítimas em massa em todo o mundo. Tornou-se referência para muitos planos de resposta em caso de vítimas em massa. Embora tenha sido elaborado para contextos em que os serviços forenses sejam escassos ou inexistentes, foi igualmente bem recebido em países que possuem esses serviços e agências de resposta a desastres com muitos recursos e altamente desenvolvidos, inclusive como uma ferramenta útil para a preparação em caso de desastre. Podem levar dias para os especialistas chegarem até as áreas afetadas. O trabalho das equipes de primeira resposta, como demonstrado neste manual, faz com que a tarefa dos especialistas seja cumprida de modo mais eficaz.

Lições foram aprendidas a partir do uso do manual e da implementação das suas recomendações. A sua utilidade e adequação foram confirmadas, mas os avanços científicos e tecnológicos no campo da gestão de vítimas em massa sugeriram que era necessária uma atualização.

O trabalho de atualização do manual, iniciado pela Organização Mundial da Saúde e pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, começou em 2015. A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e a Organização Pan-Americana da Saúde tiveram, uma vez mais, um papel importante na revisão do manual, e a Interpol foi consultada extensivamente para assegurar que todos os manuais sobre gestão de cadáveres estivessem alinhados. O professor Stephen Cordner, do Instituto Vitoriano de Medicina Legal da Austrália, supervisionou a atualização da segunda edição.

Esta nova edição do manual mantém o espírito e a finalidade da publicação original e reconhece a contribuição valiosa das equipes de primeira resposta na gestão de cadáveres. A publicação propicia uma orientação simples, prática e útil para essa tarefa árdua, porém essencial.

Dr. Peter Salama
Diretor Executivo
Programa para Emergências de Saúde
Organização Mundial da Saúde

Sr. Yves Daccord
Diretor-Geral
Comitê Internacional da Cruz Vermelha

Dra. Carissa F. Etienne
Diretora
Organização Pan-Americana da Saúde

Sr. Elhadj As Sy
Secretário-Geral
Federação Internacional das Sociedades da
Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

CONTRIBUIÇÕES

Marc Bollman	Patologista Forense, Centro Universitário Romand de Medicina Legal e membro da Equipe Suíça DVI
Rudi Coninx	Programa para Emergências de Saúde. Organização Mundial da Saúde, Genebra, Suíça
Stephen Cordner	Professor Titular de Patologia Forense, Universidade Monash; Diretor dos Programas Internacionais, Instituto Vitoriano de Medicina Legal, Melbourne, Austrália
Simon Djidrovski	Coordenador EDPS/DVI, Secretaria-Geral Interpol, Lyon, França
Eric Dykes	Professor titular de Gestão de Emergências, Narvik University College, Noruega, e Presidente Emérito do Instituto de Proteção Civil e Gestão de Emergências, Reino Unido
Serge Eko	Patologista Forense, Unidade DVI, Secretaria-Geral Interpol, Lyon, França
Oran Finegan	Diretor Adjunto dos Serviços Forenses, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Genebra, Suíça
William Goodwin	Escola de Ciências Aplicadas e Forenses, University of Central Lancashire, Reino Unido
Hyo-Jeong Kim	Programa para Emergências de Saúde. Organização Mundial da Saúde, Genebra, Suíça
Maria Mikellide	Coordenadora Forense - Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Baku, Azerbaijão
Pierre Perich	Patologista Forense, Hospital de la Timone, Marselha, França
José Luis Prieto	Patologista Forense, Instituto Médico-Legal da Comuna de Madri, Espanha

Morris Tidball-Binz	Diretor dos Serviços Forenses, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Genebra, Suíça
Dana Van Alphen	Preparação e Resposta a Desastres, Organização Pan-Americana da Saúde, Barbados
Duarte Nuno Vieira	Diretor do Departamento de Medicina Legal e Diretor da Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra, Portugal

ÍNDICE

Prefácio	III
Contribuições	V
1. Introdução	1
2. Planejamento e coordenação	3
3. Saúde e segurança (incluídos os riscos de doenças infecciosas dos cadáveres)	7
4. Alocação de um código único aos cadáveres	11
5. Fotografia e registro dos dados dos cadáveres	13
6. Recuperação de cadáveres	19
7. Armazenamento temporário de cadáveres	23
8. Armazenamento recuperável a longo prazo e tratamento final de cadáveres	27
9. Apoio às famílias e pessoas próximas	29
10. Coleta e gestão de informações relativas às pessoas desaparecidas (incluindo as pessoas dadas como falecidas)	31
11. Comunicação com as famílias e a mídia	33
12. Perguntas Frequentes	35
Anexo 1 Formulário de identificação de cadáveres	40
Anexo 2 Formulário de informações sobre pessoas desaparecidas	44
Anexo 3 Etiqueta do cadáver com código único de registro e cadeia de custódia	49
Anexo 4 Checklist para o plano de gestão em caso de vítimas em massa	50
Anexo 5 Fluxograma do plano de coordenação para a gestão de cadáveres: um exemplo	54
Anexo 6 Gestão dos corpos de pessoas que morreram de doença epidêmica ou infecciosa	55

Anexo 7	Cemitérios	59
Anexo 8	Processos que permitem o uso de análise forense de DNA em um desastre com vítimas em massa ...	60
Anexo 9	A gestão de cadáveres de cidadãos estrangeiros após um desastre com vítimas em massa	62
Anexo 10	Publicações de referência	63
Anexo 11	Organizações internacionais	65

1. INTRODUÇÃO

Este manual tem dois objetivos: em primeiro lugar, promover uma gestão de cadáveres adequada e digna e, em segundo lugar, facilitar o processo de identificação. Após muitos desastres, especialmente os de grande magnitude, a recuperação e a gestão imediata dos cadáveres são feitas pelas autoridades, organizações, comunidades, moradores e voluntários locais. Isso ocorre porque os especialistas forenses podem demorar alguns dias ou mais para chegar e, em alguns contextos, não há nenhum especialista no lugar. Conseqüentemente, o manual se concentra nas recomendações práticas para as pessoas que estejam presentes no local ou que possam responder de forma imediata após um desastre, por exemplo, as equipes de primeira resposta.

O trabalho inicial dessas equipes na gestão dos cadáveres protege a dignidade dos mortos. A recuperação adequada dos corpos compreende:

- ◆ alocar um código único a cada cadáver;
- ◆ tirar fotografias e registrar os dados de cada cadáver o mais rápido possível;
- ◆ colocar cada corpo em um saco mortuário; e
- ◆ armazenar os cadáveres temporariamente, de modo organizado.

A execução destes passos na gestão inicial dos cadáveres contribui consideravelmente para proteger a dignidade dos mortos. Ajuda a garantir a localização dos corpos, evitando assim a sua perda. Porém, deve-se fazer ainda mais para que os corpos sejam identificados:

- ◆ deve-se elaborar uma lista das pessoas desaparecidas, e
- ◆ coletar informações sobre as pessoas que constam nessa lista.

Uma vez que todos estes passos sejam cumpridos, as bases estão colocadas para os esforços posteriores dos especialistas forenses para a identificação formal dos mortos. A implementação de todas essas medidas logo no início também aumenta a quantidade de cadáveres identificados, mesmo que não seja possível uma resposta forense. A gestão adequada dos cadáveres inclui o reconhecimento e a assistência às famílias, aos amigos e às comunidades de luto.

O manual não oferece um marco abrangente para a investigação forense e não substitui a necessidade de uma identificação das vítimas, feitas por especialistas forenses. Contudo, se as recomendações do manual não forem seguidas, não será possível a identificação de uma grande quantidade de cadáveres. Hoje em dia, por exemplo, muitas pessoas acreditam que a tecnologia de DNA é suficiente por si só para a identificação. No entanto, é necessário implementar todas as recomendações do manual antes que qualquer método de identificação único (sejam impressões digitais, DNA ou exame dental) possa ser utilizado de modo eficaz após os desastres (ver anexo 8).

Imediatamente após um desastre, não há muito tempo para ler as diretrizes. Este manual, portanto, dedica um capítulo para cada tarefa fundamental e apresenta uma síntese dos principais pontos para uma maior brevidade e clareza. Os coordenadores locais podem reproduzir e distribuir facilmente os capítulos relevantes para as pessoas responsáveis por tarefas específicas, como, por exemplo, a recuperação de cadáveres.

O manual também inclui material para ajudar os responsáveis pelo planejamento e os gestores a se prepararem para futuros desastres e realizarem a capacitação das equipes de primeira resposta.

Em síntese, o que este manual se propõe é estabelecer uma resposta imediata para a gestão de cadáveres após um desastre. Esta resposta:

- * considera a dignidade dos mortos;
- * respeita as pessoas que estão de luto;
- * é realista sobre as limitações logísticas e de recursos humanos;
- * é eficaz e eficiente, na medida do possível, para garantir a localização e a identificação dos mortos;
- * é uma preparação para o necessário passo seguinte, que é uma operação adequada e gradual para identificar a maior quantidade possível de corpos não identificados. Caso disponíveis, engloba a participação de especialistas forenses que dependerão dos resultados do trabalho iniciado pelas equipes de primeira resposta.

A duração e o âmbito da resposta imediata serão variáveis de acordo com a escala, o contexto e o tipo de desastre. É essencial uma comunicação e coordenação estreitas entre os responsáveis pela resposta imediata ao desastre — p. ex. equipes de primeira resposta, algumas organizações internacionais como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas (ONU) e os responsáveis pela identificação das vítimas de desastres (DVI)² (normalmente são a polícia e os especialistas forenses que aplicam os princípios da Interpol em matéria de DVI). Esta interação deve ser feita o mais breve possível, idealmente antes mesmo dos desastres ocorrerem.

Se for esta a abordagem, é possível realizar uma resposta organizada e gradual para a identificação do maior número possível de cadáveres.

Em todo o manual, os termos “cadáveres”, “mortos” ou “corpos” são utilizados em vez do termo tecnicamente correto e mais respeitoso de “restos mortais”, de modo a evitar qualquer ambiguidade para o leitor. O termo “segmento corporal” é empregado para se referir aos tecidos que são reconhecíveis como humanos, mas menores que o corpo inteiro; os segmentos corporais são tratados do mesmo modo que o corpo inteiro.

2. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Objetivos

1. Promover a liderança e a coordenação eficazes entre as agências para planejar e efetivar a resposta.
2. Assegurar que os recursos disponíveis sejam utilizados de modo eficaz e eficiente para a gestão de cadáveres.

Síntese

1. Os planos de gestão de desastre devem ser elaborados com antecedência (ver anexo 4).
2. Os planos devem incluir as disposições especiais para lidar com os cadáveres (p. ex. ver o Anexo 5), que são implementadas pelas equipes de primeira resposta:
 - * o planejamento deve ser iniciado pela direção de emergências, pelos policiais ou profissionais de saúde responsáveis pelo planejamento em caso de desastre ou pelos profissionais responsáveis pela medicina legal;
 - * as disposições especiais devem ser elaboradas em conjunto com a polícia, representantes religiosos, governos (incluindo o Ministério da Saúde), autoridades locais, setor voluntário (incluindo a Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho) e especialistas;
 - * as disposições especiais devem estar em conformidade com os mecanismos de coordenação existentes no terreno;
 - * é necessária uma coordenação em diferentes níveis: local, regional/estadual, nacional e internacional;
 - * em crises humanitárias, a assistência humanitária é organizada em grupos temáticos (clusters),³ sendo o de saúde o mais provável para lidar com a gestão de cadáveres, em coordenação com os demais grupos temáticos;
3. Ao efetivar a resposta, uma coordenação prévia é essencial para:
 - * avaliar a escala e o escopo da resposta necessária;
 - * identificar os recursos necessários (por exemplo, equipes forenses, instalações mortuárias ou para armazenamento dos corpos, sacos mortuários etc.);
 - * coordenar com as agências responsáveis pela gestão de cadáveres nos âmbitos regional e nacional;
 - * implementar o plano de ação para a gestão de cadáveres e o tratamento às famílias;
 - * coletar e gerir as informações sobre os cadáveres e as pessoas desaparecidas ou dadas como mortas, e registrar as informações sobre as pessoas desaparecidas no Formulário de Informações sobre Pessoas Desaparecidas (Anexo 2);
 - * compartilhar informações precisas com as famílias e as comunidades sobre a gestão de cadáveres e a sua identificação;
 - * assegurar que sejam seguidas práticas culturalmente apropriadas para lidar com os cadáveres, incluindo o armazenamento temporário ou o sepultamento.

O planejamento e a coordenação devem incluir o fornecimento de equipamento necessário para as equipes de primeiras respostas. No Quadro 1, os itens marcados com * são essenciais, enquanto os demais são recomendáveis.

Quadro 1. Itens para a recuperação de cadáveres

Equipamento de proteção:

1. Aventais impermeáveis*
2. Jalecos descartáveis: Tamanhos preferíveis GGG, GG e G
3. Proteção para os olhos (óculos de proteção)
4. Luvas (para trabalhos pesados e em morgues, tamanho grande)*
5. Botas de borracha (laváveis)*
6. Máscaras (cirúrgicas descartáveis)
7. Máscaras (para proteção de produtos químicos/fumaça) + materiais (p. ex. cilindros)
8. Repelente de insetos
9. Bloqueador solar
10. Desinfetante de mãos e de superfícies (sabão, líquido)*
11. Toalhas úmidas
12. Kit de primeiros socorros*

Equipamento de recuperação, transporte e armazenamento:

1. Sacos mortuários (sacos com alças)*
2. Maca/s
3. Lençóis brancos
4. Sacos plásticos com fecho, com superfície para escrever (sacos de coleta de evidências são ideais), 3 tamanhos*
5. Recipiente com tampas de rosca para conservação hermética de amostras
6. Sacos de papel, 3 tamanhos
7. Sacos de lixo industrial
8. Caixas de papelão (para os restos ósseos)
9. Fita adesiva à prova d'água
10. Estilete/s ou tesoura/s
11. Tubos de ensaio (plásticos, com superfície para escrever)
12. Kits de coleta de amostras de DNA (cartões FTA/Whatman)(somente para as equipes de primeira resposta com gerentes que possam orientá-los)
13. Lonas/lâminas de plástico
14. Corda (25 metros)
15. Pá/s
16. Picareta
17. Tela de metal (malha média)
18. Espátula com ponta

19. Machados/machetes
20. T-sound (sonda metálica para solo), pelo menos 2 metros de comprimento
21. Equipamento de comunicação

Equipamento para registro de informações:

1. Braçadeiras, tamanho para tornozelos*
2. Etiquetas para os corpos (ver Anexo 3), impermeáveis com números impressos, Caso contrário, utilizar etiquetas com superfície para escrever o código único de registro (resistentes, de plástico ou metal, com orifícios para as braçadeiras e superfície para escrever)*
3. Marcadores indelévels*
4. Canetas e lápis*
5. Lanterna (LED/lanterna de cabeça)
6. Laptop/s
7. Câmeras fotográficas (preferencialmente digitais, de 7-8 megapixels, devendo incluir pilhas extras, cartões de memória e leitor de cartão de memória para laptop)*
8. Régua/s (idealmente régua forenses)
9. Estacas (de alumínio, estacas de barracas)
10. Fita métrica (de metal, 10 metros)
11. Fita/cordão de isolamento, para isolar a área (pelo menos 100 metros)
12. Tinta spray (lata/s)
13. Prendedor/bandeirinhas (para marcar as evidências)
14. Formulários: Formulário de Identificação de Cadáveres (Anexo 1) e Formulário sobre Pessoas Desaparecidas (Anexo 2)*
15. Formulários: Interpol, Cena DVI, formulários AM e PM.
16. Grampeador (e grampos)
17. Prancheta
18. Papel A4 quadriculado, preferencialmente impermeável (se não houver, garantir um protetor de plástico para a prancheta e pastas para guardar os papéis).
19. Bússola
20. Seta para indicar o Norte
21. GPS

Coordenação local efetiva

- ◆ Quanto antes possível — e de acordo com o planejamento de gestão de desastres existente — identifique a agência e indique a pessoa que agirá como coordenador local com plena autoridade e responsabilidade para a gestão de cadáveres (por exemplo, o governador, o comandante da Polícia ou do Exército, o prefeito).
- ◆ Não se aconselha a escolha de diretores médicos ou de hospitais como coordenadores, já que a principal responsabilidade destes é cuidar dos sobreviventes e feridos.
- ◆ Estabeleça uma equipe para coordenar a gestão dos cadáveres. Inclua parceiros operacionais estratégicos disponíveis como militares, defesa civil, bombeiros, departamentos locais de emergências e organizações de busca e resgate, a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho, casas funerárias, agentes funerários e médicos-legistas. Inclua autoridades religiosas e outros parceiros com um bom entendimento das práticas culturais, incluindo as relativas a sepultamentos.
- ◆ Caso estejam presentes, inclua na equipe o representante de saúde ou o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) das Nações Unidas para que possam coordenar com as equipes internacionais de busca e resgate ou equipes DVI de outros países. Se a assistência internacional não estiver presente, mas for necessária, indique uma pessoa para coordenar com as autoridades e conseguir a assistência internacional (ver no Anexo 11 a lista de organizações internacionais).
- ◆ Designe pessoas que estarão encarregadas de uma ou mais das atividades abaixo e entregue a elas os capítulos correspondentes deste manual:
 - * Saúde e Segurança (capítulo 3, para as equipes de primeira resposta);
 - * Alocação de um Código Único aos Cadáveres (capítulo 4);
 - * Fotografia e Registro dos Dados dos Cadáveres (capítulo 5);
 - * Recuperação dos Cadáveres (capítulo 6);
 - * Armazenamento Temporário dos Cadáveres (capítulo 7);
 - * Armazenamento recuperável a longo prazo e Tratamento Final de Cadáveres (capítulo 8);
 - * Apoio às Famílias e Pessoas Próximas (capítulo 9);
 - * Coleta e Gestão das Informações sobre as Pessoas Desaparecidas (capítulo 10);
 - * Comunicação com as Famílias e a Mídia (capítulo 11);
 - * Logística (capítulos 4, 5, 6, 7 e 8).

Coordenação regional e nacional efetiva

- ◆ Nomeie, o quanto antes, um coordenador nacional ou regional com a devida autoridade para a gestão de cadáveres (por exemplo, um ministro, o governador, o comandante da Polícia ou do Exército ou o prefeito).
- ◆ Consulte a seção que se refere a fatalidades com vítimas em massa do seu plano de gestão de desastres.
- ◆ Estabeleça um grupo de coordenação que inclua pessoas estratégicas para assessorar:
 - * na coordenação com a agência local e a pessoa responsável;
 - * no apoio logístico (por exemplo, militares ou polícia);
 - * no apoio técnico para alocar o código único, coletar e registrar os dados relativos aos cadáveres;
 - * na gestão de informações sobre os cadáveres e sobre as pessoas desaparecidas ou dadas como mortas;
 - * nos aspectos jurídicos sobre a identificação e a emissão de certidões de óbito;
 - * na comunicação com o público e a mídia;
 - * na coordenação com missões diplomáticas e organizações intergovernamentais e internacionais (p. ex. as Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a Interpol) no que tange à gestão de corpos de cidadãos estrangeiros (ver Anexo 9).

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Inclua a gestão de cadáveres em todos os planos de resposta em caso de desastres.
- ◆ Planeje com antecedência os casos de desastres em que as equipes de primeira resposta precisarão manusear os mortos.
- ◆ Compreenda que uma boa resposta desde o início permite e, certamente, aumenta a quantidade de identificações.
- ◆ Não ignore a questão dos mortos no planejamento em caso de desastres.
- ◆ Não ignore as necessidades das famílias dos mortos.

3. SAÚDE E SEGURANÇA — INCLUINDO RISCOS DE DOENÇAS INFECCIOSAS DOS CADÁVERES

Objetivos

1. Promover o manuseio seguro de cadáveres.
2. Melhorar o entendimento de que existe um baixo risco para as equipes de primeira resposta e as pessoas em geral de se contagiarem com doenças infecciosas dos cadáveres.

Obs.: Este capítulo não cobre os desastres envolvendo riscos químicos ou radiativos. Estes estão fora do alcance e da capacidade das equipes de primeira resposta, que não devem estar envolvidos no atendimento nessas situações. Este capítulo tampouco cobre todos os requisitos para as equipes de primeira resposta que lidam com as mortes por doenças altamente infecciosas (p. ex. ebola). A capacitação e a devida proteção são obrigatórias antes de manusear cadáveres suspeitos de abrigarem agentes altamente infecciosos (ver Anexo 6). As orientações seguintes tratam principalmente de desastres naturais.

Síntese

1. Após um desastre, existe com frequência o temor de que cadáveres causem epidemias.
2. Não existem provas que corroborem esta crença popular, sendo comumente difundida pelos meios de comunicação e por alguns profissionais de saúde e de respostas a desastres.⁴
3. A pressão política provocada por esses rumores pode gerar medidas desnecessárias (e injustificadas por razões médicas) como sepultamentos em massa rápidos e desrespeitosos e o uso dos chamados “desinfetantes”.
4. Em geral, os cadáveres não provocam epidemias após desastres por causas naturais.
5. A população sobrevivente é muito mais propensa a disseminar certas doenças.
6. O único caso em que os cadáveres apresentam riscos para a saúde por epidemias é quando as mortes são provocadas por doenças altamente infecciosas (p. ex. ebola, cólera, febre de Lassa) ou quando um desastre natural ocorre em áreas onde essas doenças são endêmicas.
7. As consequências de uma gestão inadequada dos cadáveres incluem uma angústia por um longo período para as famílias, bem como problemas sociais e jurídicos.

Transmissão de doenças infecciosas e cadáveres

- ◆ Normalmente as vítimas de desastres naturais morrem em virtude de ferimentos, afogamento ou incêndio, não de doenças.
- ◆ No momento das mortes, é pouco provável que as vítimas desses desastres estejam doentes com infecções que causam epidemias (p. ex. peste, cólera, febre tifoide, antraz e ebola).
- ◆ Algumas vítimas podem ter infecções crônicas transmitidas pelo sangue como hepatite e HIV, ou podem ter tuberculose, diarreias ou outras doenças infecciosas.
- ◆ Os organismos infecciosos sobrevivem nos cadáveres durante períodos variáveis de tempo. Muitos não sobrevivem mais de 48 horas, mas outros sim. Entre estes estão incluídos o HIV⁵ e ebola⁶.

Risco para a população em geral

- ◆ Existe um risco (que nunca foi medido ou documentado) de beber água de fontes contaminadas por material fecal liberado por cadáveres que possivelmente cause diarreia.

Riscos para pessoas que manuseiam cadáveres

- ◆ Os corpos das pessoas que morreram em desastres podem estar manchados com sangue ou perdendo fezes ou outros fluidos corporais (p. ex. conteúdo estomacal).
- ◆ As pessoas que tiveram contato direto com sangue, fezes e outros fluidos corporais têm um risco pequeno de infecção enquanto manuseiam os cadáveres de pessoas que apresentavam as seguintes doenças:
 - * hepatite B e C;
 - * HIV/AIDS;
 - * doenças diarreicas.
- ◆ Existe um risco elevado ao manusear cadáveres em epidemias devido às doenças altamente infecciosas. Como exemplos temos o ebola, outras febres virais hemorrágicas e cólera (ver o anexo 6).
- ◆ As pessoas que manuseiam os cadáveres também estão expostas a outros riscos:
 - * ferimentos ao trabalhar em ambientes perigosos (p. ex. prédios colapsados e queda de destroços, insolação, hipotermia, etc.) e tétano (transmitidos pelo solo);
 - * problemas psicossociais, incluindo estigmatização pela família, amigos ou outros na comunidade por causa da sua função de lidar com cadáveres;
 - * comunidades (possivelmente com raiva por causa da sua dor) que não acolhem bem as equipes de primeira resposta envolvidas com a gestão de cadáveres.

Precauções de segurança para as pessoas que manuseiam cadáveres

- ◆ As precauções de saúde e segurança devem levar em consideração os riscos ambientais.
- ◆ A higiene básica ajuda a proteger os trabalhadores das doenças transmitidas pelo sangue e por outros fluidos corporais.
- ◆ Os trabalhadores também devem ser treinados, preferencialmente antes dos desastres, para:
 - * utilizar equipamento básico de proteção pessoal, incluindo, pelo menos, luvas impermeáveis, avental e botas (ver fig. 3.1);
 - * não tocar o rosto ou a boca com as mãos;
 - * entender que as máscaras faciais não são imprescindíveis;
 - * lavar as mãos com água e sabão depois de manusear cadáveres e antes de comer;
 - * lavar completamente todas as roupas e equipamentos que serão reutilizados;
 - * limpar os veículos usados no transporte dos corpos.
- ◆ A recuperação dos cadáveres de lugares confinados e sem ventilação deve ser feita com cuidado. Depois de alguns dias de decomposição, podem se formar gases tóxicos potencialmente perigosos (p. ex. amônia). Os espaços fechados devem ser ventilados para a circulação de ar fresco. Em algumas circunstâncias, podem ser necessárias máscaras especiais para a saúde e segurança, inclusive quando há presença de gases tóxicos, fumaça, partículas, etc.



Fig. 3.1: Equipamento básico de proteção pessoal: luvas, avental, botas (a máscara, na mão, é opcional).

- ◆ Deve-se oferecer apoio psicossocial, como reuniões posteriores com os colegas e líderes das equipes, para as pessoas que manuseiam os cadáveres. Os colegas, famílias e outros grupos sociais também podem dar apoio.
- ◆ Veja o Capítulo 6 para recomendações sobre o uso de sacos mortuários.

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Espere a confirmação de que o local esteja seguro antes de continuar com a busca e recuperação dos cadáveres.
- ◆ Assegure-se de que as equipes de primeira resposta estejam cientes dos riscos de entrar em ambientes potencialmente perigosos.
- ◆ Trate os cadáveres com cuidado e respeito.
- ◆ Compreenda que, em case de mortes por desastres naturais (terremotos, inundações, tufões), o risco de transmissão de doenças infecciosas é extremamente baixo, em especial com as precauções básicas definidas anteriormente.
- ◆ Informe às pessoas que os corpos das pessoas mortas em desastres naturais em geral não causam epidemias (a não ser que as mortes foram provocadas por doenças altamente infecciosas, ou o desastre ocorreu em uma área que seja endêmica).
- ◆ Preste o apoio necessário aos trabalhadores que estejam ajudando na gestão de cadáveres.
- ◆ Não permita que membros não qualificados das equipes de primeira resposta manuseiem os corpos das pessoas cujas mortes foram causadas por doenças altamente infecciosas.
- ◆ Não permita que membros não qualificados das equipes de primeira resposta manuseiem os cadáveres em áreas onde doenças altamente infecciosas sejam endêmicas.
- ◆ Não permita que as equipes de primeira resposta manuseiem cadáveres em situações de desastres com riscos químicos e radioativos.

4. ALOCAÇÃO DE UM CÓDIGO ÚNICO AOS CADÁVERES

Objetivo

1. Explicar como alocar um código único aos cadáveres

Síntese

1. Para evitar a perda dos cadáveres, assegurar a documentação correta e possibilitar a localização dos corpos, bem como para ajudar na identificação, um código único deve ser alocado a cada cadáver.
2. Todas as informações coletadas e registradas sobre os cadáveres individuais também recebem o código único.
3. Este deve ser mais do que um simples número. Deve ser uma combinação de texto e números de modo a evitar a duplicação e confusão.

Processo

- ◆ Atribua um código único (deve incluir texto e um número sequencial) para cada corpo ou segmento corporal.
- ◆ Os códigos únicos para cada corpo não devem ser duplicados.
- ◆ Recomenda-se chegar a um acordo prévio sobre o modo padrão de criar um código único.
- ◆ Por exemplo, um código único pode ser uma composição de três itens: i) o nome do lugar onde o corpo foi encontrado; ii) o nome da equipe que o encontrou; e iii) um número.
- ◆ A inclusão de um lugar específico onde foi encontrado o corpo e o nome da equipe fortalecerá o código único. Deve-se registrar o código único também no Formulário de Identificação de Cadáveres (ver Anexo 1).
- ◆ Não utilize somente números para o código único, já que podem ser duplicados e gerar confusão.

O código único do cadáver deve ser incluído em todas as fotografias e acompanhar todos os dados, incluindo formulários e evidências associadas, coletadas do corpo.

Etiqueta

- ◆ O Anexo 3 é um exemplo de etiqueta que pode ser usada para registrar o código único dos cadáveres e a cadeia de custódia do corpo. Escreva o código único em duas etiquetas impermeáveis (ou de papel seladas com plástico) e as prenda com firmeza:
 - * ao corpo (p. ex. punho ou tornozelo) ou segmento corporal, e
 - * ao recipiente do corpo ou segmento corporal (p. ex. saco mortuário, lençol ou saco para o segmento corporal).

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Atribua um código único a cada cadáver o quanto antes possível.
- ◆ Prenda-o ao corpo (ou segmento corporal) E ao seu recipiente.
- ◆ Assegure-se de que o código único esteja incluído e seja legível em todas as fotografias e em todos os dados registrados sobre o corpo.
- ◆ Não utilize apenas números para o código único, já que podem ser duplicados e gerar confusão.

5. FOTOGRAFIAS E REGISTRO DOS DADOS DOS CADÁVERES

Objetivos

1. Explicar que os cadáveres devem ser documentados com fotografias e com a coleta e registro de dados simples.
2. Descrever como coletar e registrar as fotografias e dados necessários.

Síntese

1. Já que podem levar vários dias ou mais para os peritos forenses serem mobilizados, serão as equipes de primeira resposta que terão a oportunidade inicial de tirar fotos valiosas e coletar e registrar os dados dos cadáveres. Esta oportunidade inestimável se perde à medida que os cadáveres se decompõem.
2. A identificação dos cadáveres baseia-se em i) recuperação adequada dos mortos (atribuindo um código único a cada corpo, etiquetando-o e armazenando-o temporariamente para que possa ser encontrado); ii) coleta de informações dos cadáveres, incluindo fotografias, o quanto antes; e iii) comparação dos dados com as informações sobre indivíduos que estão desaparecidos ou dados como mortos (ver o capítulo 10).⁷
3. É recomendável tirar fotos dos cadáveres e coletar e registrar informações sobre eles o quanto antes. Mesmo assim, informações valiosas para fins de identificação podem ser coletadas pelas equipes de primeira resposta inclusive em uma etapa posterior à decomposição.
4. O Formulário de Identificação de Cadáveres no Anexo 1 pode ser utilizado para coletar informações básicas e inestimáveis que poderão servir posteriormente para o processo de identificação dos corpos.

Princípios Gerais

- ◆ O reconhecimento visual dos cadáveres é confiável em circunstâncias normais, no período anterior ao começo da decomposição, e com a assistência de profissionais, como uma forma de identificação formal. Nas circunstâncias que se seguem a um desastre, sem supervisão de especialistas, o reconhecimento visual pode ser errôneo. Esses erros causam grande sofrimento e dificuldades jurídicas para os que perderam os seus entes queridos, assim como constrangimento para as autoridades.
- ◆ Os ferimentos, a decomposição ou a presença de sangue, fluidos ou sujeira, sobretudo na zona da cabeça, aumentarão as chances de um reconhecimento visual equivocado dos corpos.
- ◆ Para uma identificação precisa de grandes quantidades de cadáveres, a presença de peritos forenses é necessária.
- ◆ Em desastres, é preferível não se basear somente no reconhecimento visual, e sim complementá-lo com critérios adicionais (comparar informações, impressões digitais, exames dentários e/ou de DNA). O sucesso de qualquer um desses procedimentos depende fortemente das ações iniciais das equipes de primeira resposta, incluindo atribuir um código único aos cadáveres e etiquetar o corpo com ele, tomar fotografias e preencher o formulário de identificação de cadáveres. Os cadáveres devem ser etiquetados com o código único e este deve constar no formulário.
- ◆ Todos os segmentos corporais devem ser tratados como se fossem o corpo inteiro e não se deve presumir que um segmento corporal pertence ao corpo do lado ou próximo.

Fotografia (obrigatória, se a situação permitir e houver disponibilidade de equipamento fotográfico)

- ◆ Não se deve subestimar a importância de tirar fotografias rapidamente, antes do início da decomposição. Na medida do possível, as fotos do corpo devem ser tiradas assim que o código único for atribuído, no momento de recuperação do corpo. É provável que esta seja a contribuição mais importante para ajudar na identificação dos corpos.
- ◆ O código único deve ser inserido de forma legível em todas as fotos. Isso pode requerer a criação de uma nova etiqueta apenas para as fotos se as etiquetas que já tiverem sido presas ao corpo forem muito pequenas ou não puderem ser usadas em todas as fotografias.
- ◆ Se houver disponibilidade, as câmeras digitais devem ser utilizadas, pois facilitam a conservação e a distribuição das fotos.
- ◆ Limpe o cadáver de forma a permitir que as características faciais e as roupas da vítima possam ser adequadamente visualizadas nas fotografias.
- ◆ A série de fotos deve incluir imagens por separado:
 - * do corpo completo, de frente (fig. 5.1);
 - * do rosto completo, de frente (fig. 5.2);
 - * de quaisquer sinais distintivos evidentes (fig. 5.3 – Fig. 5.6);
 - * de todas as roupas e acessórios, p. ex. pulseiras (fig. 5.2 – Fig. 5.6);
 - * e preferencialmente com uma escala de medida.
- ◆ Se as circunstâncias permitirem neste momento, ou em um momento posterior, podem ser incluídas fotografias adicionais, com o código único, do seguinte:
 - * a parte superior do corpo;
 - * a parte inferior do corpo;
 - * perfil do rosto;
 - * pertences pessoais.
- ◆ Ao tirar as fotografias, considere que:
 - * as fotografias fora de foco não servirão.
 - * As fotografias devem ser tomadas de perto do cadáver. Quando o rosto for fotografado, por exemplo, deve preencher todo o marco da foto.
- ◆ As lentes da câmera devem estar em um ângulo correto do plano de interesse para reduzir a distorção. Por exemplo, não tirar uma foto do corpo inteiro a partir do ângulo da cabeça ou dos pés, mas tirar de pé ao lado do corpo, no mesmo nível que a metade do corpo.



5.1: Corpo inteiro, de frente.



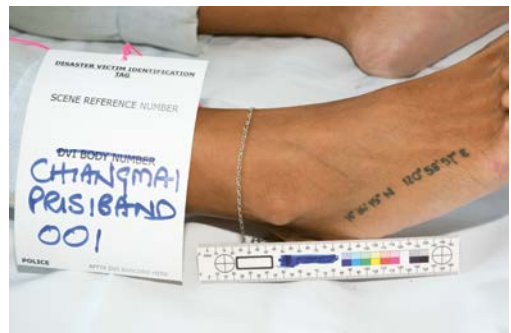
5.2: Rosto inteiro, de frente.



5.3: Traços característicos e pertences pessoais.



5.3: Traços característicos e pertences pessoais.



5.3: Traços característicos e pertences pessoais.

Fig. 5: Exemplos de fotos adequadas para os fins de documentação, tiradas no momento da recuperação do corpo.

Dados dos cadáveres

- ◆ Os dados básicos sobre os cadáveres, assim como a sua condição geral, estado de conservação, características físicas e aparência externa, devem ser coletados o quanto antes. Embora sabendo que isso será em geral difícil, devem ser feitos todos os esforços antes do início da decomposição.
- ◆ Os dados devem ser registrados assim que a operação de recuperação começar. Aconselha-se que as equipes de recuperação designem alguém responsável pelo registro das informações sobre os cadáveres e os lugares de recuperação utilizando o formulário de identificação de cadáveres (Anexo 1). É um formulário simples que contém as informações básicas que precisam ser registradas sobre o cadáver e o lugar em que foi recuperado.
- ◆ Todos os pertences pessoais ou outros itens claramente associados com um único cadáver devem permanecer com ele, colocados no saco mortuário ou recipiente e registrados com o código único.⁸ Desse modo, são minimizados os riscos de que os pertences pessoais se percam ou sejam colocados no lugar errado.
- ◆ Os corpos e os pertences pessoais correspondentes, assim como as informações relacionadas (formulário de identificação de cadáver, fotos, etc.) devem ser factíveis de localizar durante todo o processo. Para esta finalidade, o uso do formulário de identificação de cadáveres é altamente recomendável como parte do processo da cadeia de custódia (ver Anexo 1, seção D) quando os cadáveres ou a documentação pertinente sejam entregues a outra autoridade competente.

Registro (obrigatório)

- ◆ Sempre registre os seguintes dados, junto com o código único do corpo, utilizando o Formulário de Identificação de Cadáveres no Anexo 1:
 - * gênero (se identificável sem uma revista corporal integral);
 - * faixa etária aproximada (bebê, criança, adolescente, adulto, idoso);
 - * pertences pessoais (joias, roupas, documento de identidade, carteira de motorista, etc.)
 - * marcas particulares visíveis na pele (tatuagens, cicatrizes, marcas de nascimento, etc.) sem tirar a roupa;
 - * deformidades evidentes.
- ◆ Também registre:
 - * altura;
 - * cor e comprimento do cabelo;
 - * características dentárias evidentes.

Conservação (obrigatório)

- ◆ Depois de examinar, registrar e fotografar os pertences pessoais da pessoa morta, eles devem ser deixados no corpo, assim como as roupas vestidas quando foram encontrados.
- ◆ As roupas devem ser deixadas no corpo.

Identificação e entrega do corpo aos familiares

- ◆ A identificação e a entrega dos corpos aos familiares são responsabilidade das autoridades.
- ◆ A identificação científica dos corpos é de responsabilidade dos peritos forenses, que aplicam as Orientações da Interpol para a identificação de vítimas de desastres (DVI). Os peritos, se estiverem disponíveis, devem participar do processo de identificação.
- ◆ Entretanto, reconhece-se que em alguns contextos os peritos forenses talvez não estejam disponíveis.
- ◆ Nessas circunstâncias, para aumentar a confiabilidade do reconhecimento visual, as condições de visualização do corpo devem minimizar a tensão emocional dos familiares de luto.
- ◆ A visualização de fotos de alta qualidade, especialmente se tiradas antes da decomposição, pode ser mais confiável, sabendo que isso também pode ser muito angustiante para os familiares.

- ◆ Pode ser complementada com a visualização de fotos das roupas e pertences.
- ◆ A existência do código único do corpo nas fotos permite que o corpo correto seja recuperado.
- ◆ Os corpos que não puderem ser identificados devem ser conservados adequadamente (ver Capítulo 8) até que seja possível a investigação pelos peritos forenses.

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Utilize o Formulário de Identificação de Cadáveres e preencha-o de modo legível.
- ◆ Siga as orientações sobre como tirar as fotos — fotos claras tiradas o antes possível da putrefação e com o código único do corpo visível são essenciais para uma identificação posterior.
- ◆ Não remova nenhuma roupa, pertences ou outros objetos dos cadáveres (exceto para examinar, registrar e fotografar), já que eles são pistas valiosas que podem ajudar na identificação posterior.

6. RECUPERAÇÃO DE CADÁVERES

Objetivo

1. Descrever a estratégia para a recuperação dos cadáveres.

Síntese

1. O resgate e o cuidado dos sobreviventes devem ter preferência sobre a atenção aos cadáveres.
2. A recuperação eficaz dos cadáveres pode facilitar bastante a sua identificação futura.
3. O tipo de desastre e a área afetada terão um grande impacto na recuperação (p. ex. terremoto, tufão, deslizamento, comunidade afastada, cidade) e no tempo que poderá levar.
4. Esta parte do processo é essencial para a identificação futura, devendo ser lida junto com o Capítulo 3 “Saúde e Segurança — Incluindo os Riscos de Doenças Infecciosas dos Cadáveres”, o Capítulo 4 “Alocação de um Código Único aos Cadáveres” e o Capítulo 5 “Fotografia e Registro dos Dados dos Cadáveres”.
5. Ao planejar esta fase, deve-se considerar atribuir um código único aos corpos, assim como fotografar e registrar os dados relativos a eles no momento da recuperação.

Localização dos cadáveres

- ◆ Frequentemente, isso é feito pela família e amigos sobreviventes e outras pessoas que prestam a primeira resposta.
- ◆ Posteriormente, podem chegar as equipes de busca e resgate, organizadas e com experiência.
- ◆ Devem-se enfatizar os riscos, que normalmente acompanham os desastres, de remover os cadáveres de prédios colapsados ou outros lugares perigosos. Os ferimentos e mortes que ocorrem em muitas fases da resposta aos desastres, em especial a recuperação, são bastante conhecidos. As precauções de saúde e segurança devem prevalecer à medida que a operação se desenrole.

Recuperação dos corpos

- ◆ A rápida recuperação dos corpos é uma prioridade, já que contribui para a identificação posterior destes e reduz a carga psicológica enfrentada pelos sobreviventes. No entanto, não se deve interromper outras intervenções que têm por objetivo ajudar os sobreviventes.
- ◆ De modo ideal, a alocação do código único ao corpo, as fotografias, a documentação dos dados dos cadáveres e a conservação dos documentos devem ocorrer aproximadamente ao mesmo tempo que o corpo for removido (ver Capítulos 4 e 5).
- ◆ Os cadáveres de adultos são difíceis de mover e normalmente são necessárias duas pessoas para isso.
- ◆ É primordial a segurança da equipe de recuperação.
- ◆ As pessoas que estiverem recuperando os cadáveres devem estar familiarizadas com o Capítulo 3 sobre Saúde e Segurança.

Sacos mortuários ou recursos similares disponíveis para armazenamento

- ◆ Os cadáveres devem ser colocados em um saco mortuário no local em que forem recuperados. Em geral, são necessárias duas pessoas para colocar o corpo de um adulto em um saco mortuário (fig. 6.1 – 6.6).



Fig. 6.1



Fig. 6.2



Fig. 6.3



Fig. 6.4



Fig. 6.5



Fig. 6.6

Fig. 6.1 – 6.6 Movimento de rotação lateral para colocar um corpo em um saco mortuário: O corpo, com a etiqueta do código único presa no pulso, após ter sido colocado no chão (fig. 6.1), é colocado de lado (fig. 6.2). O saco mortuário é enrolado parcialmente e a parte enrolada é colocada junto às costas do corpo no chão (fig. 6.2). Coloca-se de novo o corpo de barriga para cima (fig. 6.3). Desenrola-se a parte enrolada do saco mortuário (fig. 6.4) e fecha-se o saco. (fig. 6.5). Etiqueta-se o saco (fig. 6.6).

Sem disponibilidade de sacos mortuários ou recursos similares para armazenamento

- ◆ Se não houver sacos mortuários disponíveis, a melhor maneira de se mover um cadáver é com uma pessoa em cada lado do corpo.
- ◆ Uma pessoa segura a cabeça e a área pélvica, enquanto a outra segura a parte de cima das costas e a parte de baixo das coxas para levantar e mover o corpo.
- ◆ Outra opção para corpos mais pesados ou com a ajuda de uma terceira pessoa é uma pessoa ficar de pé no extremo da cabeça e segurar a cabeça e os ombros, enquanto as outras duas ficam de cada lado do corpo e seguram as costas, a área pélvica e as pernas. Nessa opção, o primeiro a se mover são os pés do corpo.

Depois da recuperação do corpo

- ◆ Depois que os cadáveres forem recuperados, eles devem ser conservados nas áreas mais frias, protegidas da luz direta do sol, dos animais e da exibição pública.
- ◆ Idealmente, cada corpo deve ser colocado em um saco mortuário ou recipiente similar.
- ◆ Se for estabelecido um centro de recolhimento (ver Capítulo 7), os corpos devem ser levados ali para as etapas posteriores do processo.

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Compreenda que a recuperação adequada dos cadáveres ajudará a proteger a dignidade deles e a contribuir com a sua identificação.
- ◆ Compreenda que a recuperação adequada dos cadáveres inclui alocar os códigos únicos, tirar fotos e preencher o Formulário de Identificação de Cadáveres.
- ◆ Assegure-se de que as informações coletadas sejam protegidas, para evitar que sejam perdidas.
- ◆ Não interrompa ou impeça as operações focadas em salvar ou ajudar os sobreviventes.

7. ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE CADÁVERES

Objetivo

1. Descrever a finalidade e as possíveis opções de armazenamento temporário de cadáveres.

Síntese

1. Após um desastre que supere a capacidade normal de resposta, perdem-se as condições necessárias para processar rapidamente os corpos. Isso significa que o armazenamento temporário dos corpos pode ser necessário.
2. O objetivo do armazenamento temporário dos cadáveres é demonstrar respeito, conservar e proteger os corpos da melhor maneira possível e aumentar as chances de identificação.
3. Em climas quentes, entre 12 e 48 horas após a morte, a decomposição dos cadáveres poderá estar muito avançada para permitir o reconhecimento facial.
4. Um centro de recolhimento deverá ser estabelecido para o armazenamento temporário e, caso ainda não tenha sido feito, proceder com a coleta e o registro de dados dos cadáveres (incluindo fotos).
5. Após a coleta dos dados, os corpos não identificados podem ser sepultados temporariamente, salvo haja disponibilidade de um melhor armazenamento.

Opções de armazenamento

- ◆ Seja qual for a opção utilizada para armazenamento, cada corpo ou segmento corporal deverá ser colocado em um saco mortuário ou recipiente similar antes do armazenamento.
- ◆ Devem-se usar etiquetas impermeáveis ou de papel envoltas em plástico com o código único do corpo. Não escreva o código único diretamente nos corpos ou somente nos sacos mortuários/mortalhas, já que podem se apagar facilmente, ou as mortalhas se separarem do corpo durante o armazenamento.
- ◆ A opção preferível para o armazenamento são contêineres refrigerados que devem ser colocados em um lugar adequado (p. ex. como parte de um centro de recolhimento).
- ◆ Se não houver um contêiner refrigerado, as outras alternativas são: i) armazenamento ordenado em uma localização protegida que seja a mais fria possível (longe da luz direta do sol e preferencialmente coberta); ou ii) sepultamento temporário (ver a seguir).

Refrigeração

- ◆ A melhor opção é uma refrigeração entre 2°C e 4°C (35.6°F e 39.2°F).
- ◆ Os contêineres refrigerados para transporte utilizados pelas companhias de transporte comercial podem armazenar até 50 corpos se tiverem prateleiras adequadas.
- ◆ Raramente existe uma quantidade suficiente de contêineres disponíveis no local do desastre. Portanto, deve-se recorrer a opções alternativas de armazenamento, como um ambiente ou sala fria e protegida, até haver refrigeração disponível.

Sepultamento temporário

- ◆ O sepultamento temporário, após a alocação do código único do corpo, as fotografias e o preenchimento do Formulário de Identificação de Cadáveres, propicia uma boa opção para o armazenamento inicial quando não houver outro método disponível, quando for necessário um armazenamento a longo prazo e quando não contradiz as normas culturais.
- ◆ Em geral, a temperatura do solo é normalmente mais baixa do que na superfície, fornecendo desse modo um resfriamento e proteção naturais, inclusive de animais necrófagos.
- ◆ Para facilitar e garantir a futura localização e recuperação de cadáveres, os locais para sepulturas temporárias devem ser construídos da seguinte maneira:
 - * Utilize sepulturas individuais para um pequeno número de cadáveres e valas comuns para números maiores;
 - * As sepulturas devem ter 1,5 m de profundidade e estar a pelo menos 200 m de distância de fontes de água;
 - * Em valas comuns, deve-se deixar 0,4 m de distância entre os corpos (ver fig. 7.1);
 - * Disponha os corpos lado a lado em um único nível (não um sobre o outro);
 - * Marque cada corpo claramente e assinale as suas posições no solo, incluindo o código único do corpo;
 - * Considere a opção de colocar os corpos em posição vertical se for necessário;
 - * Faça um mapa do local de sepultamento, registrando a localização dos corpos com o código único (ver Capítulo 4).

Gelo

- ◆ O uso de gelo seco (dióxido de carbono congelado) não é recomendado, já que produz dióxido de carbono tóxico, pode causar “queimaduras” de frio e é um grande problema logístico.
- ◆ O uso de gelo (água congelada) deve ser evitado sempre que possível pelos seguintes motivos:
 - * Em climas quentes, o gelo se derrete rapidamente e, portanto, uma grande quantidade seria necessária;
 - * O gelo derretido produz muita água com dejetos, que podem causar doenças diarreicas;
 - * A eliminação dessas águas residuais pode criar novos problemas para a gestão;
 - * A água pode deteriorar os corpos e os pertences pessoais (por exemplo, os documentos de identidade).

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Armazene os corpos de uma maneira digna.
- ◆ Utilize as opções de armazenamento temporário, se for necessário, para proteger os cadáveres e facilitar a identificação posterior.
- ◆ Não utilize gelo seco.



Fig. 7.1: Sepultura temporária de cadáveres na Tailândia após o tsunami ocorrido no dia 26 de dezembro de 2004.

8. ARMAZENAMENTO RECUPERÁVEL A LONGO PRAZO E TRATAMENTO FINAL DE CADÁVERES

Objetivos

1. Respeitar a dignidade dos mortos ao assegurar que os cadáveres possam ser localizados de modo que estejam facilmente disponíveis desde a recuperação até o tratamento final.
2. Descrever o armazenamento a longo prazo de cadáveres não identificados e não reclamados e de evidências associadas para continuar a investigação e a possível identificação.
3. Garantir que a localização exata de cada cadáver, bem como das informações relativas aos mesmos e dos pertences pessoais, seja conhecida.
4. Fornecer às famílias e comunidades um lugar para homenagearem os seus entes queridos que permanecem sem identificação.

Síntese

1. Todos os cadáveres identificados devem ser entregues às suas famílias ou comunidades para receberem o tratamento final de acordo aos costumes e às práticas locais.
2. O armazenamento a longo prazo (ou, dependendo do costume local, outro tratamento final) será necessário para os corpos não identificados/não reclamados.
3. Os corpos não identificados e não reclamados deverão ser preservados e documentados de modo adequado para a futura identificação e restituição aos familiares.

Métodos de tratamento final/armazenamento a longo prazo

- ◆ O sepultamento é a melhor opção no caso de vítimas em massa e o método mais eficaz, já que preserva as evidências para uma possível identificação futura.

Condições para o sepultamento

- ◆ Deve-se identificar um local específico como área de sepultamento, com os limites claramente estabelecidos e protegidos (ver Anexo 7).
- ◆ Deve-se ter a devida atenção com o local, os costumes e a vontade da comunidade local, bem como com a propriedade da terra.
- ◆ O uso do local com esta finalidade deve ser aceitável para as pessoas que vivem em comunidades próximas.
- ◆ O local deve estar suficientemente próximo para que os membros da comunidade afetada possam visitá-lo.
- ◆ O local do sepultamento deve estar claramente demarcado e rodeado por uma zona de transição de pelo menos 10 m de largura para o plantio de vegetação com raízes profundas, a fim de separar o local das áreas habitadas.
- ◆ Deve-se considerar as condições do solo e nível mais alto do lençol freático. Quando possível, é aconselhável um solo com condições secas (areia, argila) e alcalinas para evitar a contaminação por água e degradação do DNA.

- ◆ Evite o uso de sacos mortuários biodegradáveis, cal ou outros produtos químicos.
- ◆ Em circunstâncias excepcionais, o uso de valas comuns pode ser necessário e aceitável se feito de forma adequada.

Escavação das sepulturas

- ◆ Os restos mortais devem ser sepultados em covas individuais claramente demarcadas.
- ◆ Para desastres extremos (ou seja, grande quantidade de vítimas com recursos limitados e/ou pouca capacidade de cavar covas individuais), as valas comuns podem ser uma opção inevitável.
- ◆ Os locais de sepultamento devem estar a pelo menos 30 m de nascentes ou cursos de água e 200 m de qualquer poço ou fonte de água potável.
- ◆ As práticas religiosas predominantes podem indicar a preferência pelo enterro dos corpos com certa orientação (por exemplo, com as cabeças apontadas para o leste ou em direção a Meca).
- ◆ As valas comuns devem consistir de uma escavação contendo uma única fileira de corpos dispostos um por um, paralelamente, respeitando uma distância de 0,40 m entre um e outro.
- ◆ Embora não existam recomendações padronizadas sobre a profundidade das sepulturas, sugere-se que:
 - * tenham entre 1,5 m e 3 m de profundidade;
 - * as sepulturas com menos de cinco cadáveres devem ter no mínimo 1,2 m (1,5 m se forem em solos arenosos) entre o fundo da escavação e o lençol freático ou o nível superior das águas subterrâneas;
 - * Para as covas comuns, o lençol freático deve ter pelo menos 2,5 m de profundidade e o fundo da cova deve estar pelo menos 0,70 m acima da zona de saturação.
 - * Estas distâncias podem ser maiores segundo as condições do solo.

Possibilidade de localização

- ◆ Uma documentação cuidadosa e o mapeamento do local de sepultamento são importantes para garantir que os cadáveres possam ser localizados durante todo o processo. Desse modo, o local onde foi dado o tratamento final dos corpos que permaneceram sem ser identificados é registrado com precisão.
- ◆ Assegure-se de que cada cadáver e o seu saco mortuário ou caixão estejam identificados com segurança com o código único do corpo em uma etiqueta impermeável ou de papel envolto em plástico antes do sepultamento.
- ◆ Na superfície, coloque uma placa permanente, identificada com o código único do cadáver enterrado ali, para indicar a posição exata do corpo. O melhor material para a placa é o concreto, ou similar. Evite o uso de sinalização feita de material perecível ou facilmente removíveis para assinalar os locais de sepultamento.
- ◆ Relacione e mapeie todo o local de sepultamento, as covas e os cadáveres com os seus códigos únicos. O uso de coordenadas de GPS para o local é altamente recomendável.
- ◆ Todas as informações sobre o local de sepultamento, as covas e os cadáveres devem ser registradas e armazenadas em um órgão central. Deve incluir a localização precisa de todos os cadáveres para permitir as futuras investigações forenses e a transferência do corpo para a família ou comunidade assim que for feita a identificação. É altamente recomendável fazer uma cópia e guardar a informação em pelo menos dois lugares ou instituições diferentes por questões de segurança.

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Utilize os formulários adequados (p. ex. os formulários ou recibos da cadeia de custódia) ao receber ou entregar restos mortais, pertences pessoais ou documentação para assegurar a possibilidade de localizar os cadáveres.
- ◆ Enterre os cadáveres que ficarem sem identificação.
- ◆ Garanta a possibilidade de localizar os cadáveres não identificados ao assinalar, mapear, registrar e guardar em um órgão central o local preciso do tratamento final.
- ◆ Não realize cremação nem coloque juntos os cadáveres não identificados.

9. APOIO ÀS FAMÍLIAS E PESSOAS PRÓXIMAS

Objetivos

1. Informar às equipes de primeira resposta sobre a importância de apoiar as pessoas de luto.
2. Assegurar que as pessoas de luto sejam levadas em consideração e respeitadas durante todo o processo.

Síntese

1. Deve-se respeitar sempre os mortos e as pessoas de luto.
2. A prioridade para as famílias afetadas é saber o que aconteceu com os seus entes queridos desaparecidos.
3. Deve-se proporcionar informações honestas e precisas em todas as circunstâncias.
4. Durante o processo, deve-se tratar as famílias das vítimas com gentileza e compaixão.
5. Deve-se considerar a assistência psicossocial às famílias e às pessoas próximas.
6. Deve-se levar em consideração durante todo o processo as necessidades culturais e religiosas.

Identificação das vítimas

- ◆ Deve-se nomear uma pessoa para cumprir a função de referente e prestar apoio às famílias.
- ◆ As famílias devem ter a oportunidade de denunciar o desaparecimento de um ente querido e receber informações adicionais sobre esta pessoa.
- ◆ As famílias dos mortos e desaparecidos devem ter acesso a expectativas realistas do processo, inclusive sobre os métodos utilizados e os prazos aproximados para a recuperação e a identificação dos restos mortais.
- ◆ Os esforços para o processo de identificação devem começar o mais rápido possível.
- ◆ As crianças não devem participar no reconhecimento visual de cadáveres.
- ◆ As famílias das vítimas devem ser informadas sobre a descoberta dos corpos e a identificação dos seus entes queridos antes que quaisquer outras pessoas.
- ◆ Uma vez identificados, os corpos devem ser entregues a um familiar próximo o mais rápido possível.
- ◆ A necessidade por parte dos familiares de ver os corpos dos seus entes queridos como parte do processo de luto deve ser respeitada. As famílias devem ser informadas sobre o que pode acontecer quando fazem um reconhecimento visual.

Aspectos culturais e religiosos

- ◆ A necessidade mais profunda de familiares de vítimas em todas as religiões e culturas é identificar seus entes queridos.
- ◆ Deve-se pedir assessoria e ajuda aos líderes religiosos e comunitários a fim de melhorar a compreensão e a aceitação dos processos de recuperação, gestão e identificação dos cadáveres.

- ◆ A gestão e o tratamento final dos cadáveres realizados de forma indigna podem traumatizar ainda mais os familiares e devem ser sempre evitados. Ambos os processos devem ser sempre conduzidos de forma cuidadosa e ética, respeitando-se as suscetibilidades religiosas e culturais em todos os momentos.

Serviços de apoio

- ◆ O apoio psicossocial deve ser adaptado às necessidades, à cultura e ao contexto, levando-se em consideração mecanismos locais para prestar apoio.
- ◆ Organizações locais como as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, organizações não governamentais (ONGs) e grupos religiosos podem oferecer com frequência assistência psicossocial de emergência para os afetados.
- ◆ Deve-se oferecer atenção prioritária a menores desacompanhados e outros grupos vulneráveis. Quando possível, os menores nesta situação devem ser entregues aos cuidados de parentes distantes ou da sua comunidade.
- ◆ As famílias podem precisar de ajuda material para a realização de ritos funerários (como o fornecimento de mortalhas, caixões, lenha, etc.)
- ◆ As disposições legais específicas para as pessoas afetadas (por exemplo, um trâmite rápido para obter certidões de óbito) devem ser implementadas e divulgadas de modo adequado dentro das comunidades afetadas.

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Inclua as famílias o quanto antes nas decisões que as afetam.
- ◆ Não levante esperanças ou expectativas falsas para as famílias e pessoas próximas.

10. COLETA E GESTÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS DESAPARECIDAS (INCLUINDO AS PESSOAS DADAS COMO FALECIDAS)

Objetivos

1. Informar as equipes de primeira resposta que a identificação posterior dos cadáveres requer:
 - * a elaboração de uma lista de pessoas desaparecidas; e
 - * informações sobre as pessoas desaparecidas.
2. Assegurar que as informações sobre as pessoas desaparecidas sejam coletadas, registradas e disponibilizadas de maneira eficaz, de modo que os cadáveres possam ser identificados.

Obs.: A referência às pessoas desaparecidas inclui as pessoas dadas como falecidas.

Síntese

1. Sem uma lista das pessoas desaparecidas, incluindo as dadas como falecidas, e de informações sobre elas que permitam ser comparadas com as informações disponíveis sobre os cadáveres, não será possível identificá-los.

Medidas organizativas

- ◆ Centros de informações devem ser estabelecidos no nível regional e/ou local como parte da implementação imediata dos planos de gestão de desastres.
- ◆ Na localidade, devem-se designar rapidamente as pessoas responsáveis pela gestão da informação para que elaborem uma lista de pessoas desaparecidas.
- ◆ As suas responsabilidades incluem a consolidação e a centralização das informações, bem como a comunicação ao público. São particularmente necessárias para receber solicitações de busca e informações sobre as pessoas desaparecidas e para o fornecimento de informações sobre pessoas ou corpos de pessoas que são encontrados ou identificados.
- ◆ Uma lista confiável e consolidada de pessoas desaparecidas é um passo necessário e obrigatório nos esforços para o processo de identificação. Os serviços de busca do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho poderão assistir nesta tarefa.
- ◆ Nas circunstâncias caóticas que prevalecem durante as situações de desastre, ocorre muitas vezes que são apresentados muitos pedidos de busca para uma única pessoa que é dada como desaparecida a diferentes agências por vários familiares. É, portanto, importante registrar nomes próprios, sobrenomes e pseudônimos de modo coordenado e padronizado, bem como atribuir códigos únicos de identificação para cada caso, de forma a evitar confusão e duplicação.

Informações sobre as pessoas desaparecidas

- ◆ À medida que a lista consolidada das pessoas desaparecidas for sendo criada, é importante começar a coletar informações individuais sobre cada pessoa desaparecida. Essas informações são obtidas de familiares, amigos ou outras fontes, sendo registradas no Formulário de Informações sobre as Pessoas Desaparecidas. O formulário simplificado, cujas seções podem ser editadas para se adaptarem melhor ao contexto particular, encontra-se no Anexo 2. Idealmente, o processo de coleta de informações deve ser realizado por pessoal capacitado, mas, na falta destes, as equipes de primeira resposta podem ser requisitadas. É importante tratar os familiares das pessoas que estão desaparecidas com empatia e respeito, reconhecendo o estresse a que estão submetidos.
- ◆ Deve-se perguntar aos familiares que foram entrevistados se eles consentem que as informações sejam usadas apenas para fins de identificação, devendo-se registrar o consentimento deles. Qualquer informação sobre as pessoas desaparecidas deve ser considerada altamente confidencial, não devendo ser divulgadas a pessoas não autorizadas.

Centralização das informações

- ◆ As informações sobre as pessoas desaparecidas e restos mortais não identificados podem ser armazenadas em uma base de dados eletrônica centralizada, sob a orientação de um especialista em gestão de dados, para auxiliar nos esforços de busca e identificação.
- ◆ A consolidação dos dados em uma base centralizada facilita para os peritos forenses compararem as informações sobre os restos mortais não identificados com os dados relativos às pessoas desaparecidas para buscar uma possível vinculação.
- ◆ Assim, ao gerir tanto os cadáveres como as informações correspondentes de modo coordenado e padronizado, as chances de uma identificação bem-sucedida aumentam exponencialmente, ao mesmo tempo que diminuem as chances de identificação errônea.

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Utilize o Formulário de Informações sobre as Pessoas Desaparecidas após se comunicar com o centro de informações, preenchendo da forma mais legível e precisa possível.
- ◆ Não compartilhe nenhuma informação sobre pessoas desaparecidas com qualquer pessoa não autorizada ou com meios de comunicação.

11. COMUNICAÇÃO COM AS FAMÍLIAS E COM A MÍDIA

Objetivos

2. Proteger a dignidade das vítimas e respeitar as suas famílias com a gestão adequada das informações pessoais, sensíveis e confidenciais.
3. Contribuir para o processo de recuperação e identificação das vítimas, de modo bem-sucedido, mediante uma boa comunicação pública que inclui a divulgação de informações precisas e atualizadas.

Síntese

- ◆ Uma boa comunicação pública contribui para que o processo de recuperação e identificação das vítimas seja bem-sucedido.
- ◆ Informações precisas, claras, em tempo hábil e atualizadas podem reduzir a tensão vivida pelas comunidades afetadas, desmentir boatos e esclarecer informações errôneas.
- ◆ A mídia (a televisão, o rádio, os jornais e a internet) é um canal essencial de comunicação com as famílias e a população durante os desastres em massa. Os jornalistas, tanto locais como internacionais, em geral chegam imediatamente após a ocorrência do desastre.

Informação aos familiares

- ◆ Deve-se criar um centro de informações para os familiares das pessoas desaparecidas e falecidas o quanto antes, para que eles possam ser informados regularmente sobre as operações de busca e recuperação.
- ◆ Somente os resultados finais das identificações devem ser informados, juntamente com mais dados sobre todas as etapas do processo de recuperação e de identificação.
- ◆ As famílias das vítimas identificadas devem ser informadas individualmente antes da divulgação para os meios de comunicação.
- ◆ Ao lidar com os desastres de grande magnitude, durante os quais é impossível chamar todos os familiares das possíveis vítimas, pode-se recorrer a uma série de recursos como:
 - * internet e redes sociais;
 - * quadros de aviso;
 - * jornais, televisão, rádio, etc.

Relação com os meios de comunicação

- ◆ Normalmente, os jornalistas desejam realizar o seu trabalho com responsabilidade e precisão. Mantenha-os bem informados para minimizar as chances de que transmitam informações incorretas.
- ◆ Relacione-se com os meios de comunicação de maneira proativa e criativa:
 - * Devem ser designados assessores de comunicação para lidar com a mídia local e internacional.
 - * Instale um Escritório de Relações com os Meios de Comunicação o mais perto possível da área afetada.
- ◆ Colabore de maneira proativa (prepare informes periódicos, conceda entrevistas etc.).

Relação com a população

- ◆ O centro de informações deve disponibilizar uma lista atualizada e consolidada dos mortos e sobreviventes confirmados, com os dados sobre as pessoas desaparecidas registrados por funcionários.
- ◆ Deve-se informar sobre os processos de recuperação, identificação, armazenamento e tratamento final dos cadáveres.
- ◆ Também pode ser necessário explicar os trâmites requeridos para a obtenção das certidões de óbito.

Relação com as agências de assistência humanitária

- ◆ Os profissionais e as organizações de assistência humanitárias, inclusive as agências das Nações Unidas, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho, têm contato direto com as comunidades afetadas e podem atuar como fontes locais de informação.
- ◆ Os profissionais humanitários nem sempre estão bem informados e podem dar informações contraditórias, sobretudo no que se refere aos riscos de doenças infecciosas transmitidas por cadáveres.
- ◆ Proporcionar informações corretas às agências humanitárias sobre a gestão de cadáveres ajudará a reduzir os boatos e a difusão de informações equivocadas.

Gestão da informação

- ◆ Deve-se respeitar a privacidade das vítimas e dos seus familiares.
- ◆ Os jornalistas não devem ter acesso direto às fotografias, registros sobre indivíduos ou nomes das vítimas. Entretanto, as autoridades podem decidir difundir estas informações de forma controlada, com a finalidade de ajudar no processo de identificação.

O QUE SE PODE FAZER E O QUE EVITAR

- ◆ Prepare-se para se comunicar com as famílias e a mídia.
- ◆ Mantenha uma comunicação proativa com os familiares e com a mídia.
- ◆ Considere recorrer aos meios de comunicação com sabedoria através dos canais oficiais e de forma estratégica e vantajosa para a operação.
- ◆ Não compartilhe informações privadas com os meios de comunicação.

12. PERGUNTAS FREQUENTES

1. Os cadáveres causam epidemias?

Não, os cadáveres das pessoas mortas em decorrência de desastres naturais em geral não provocam epidemias. Isso é devido ao fato de que as vítimas desse tipo de desastre normalmente morrem de trauma, afogamento ou incêndio, normalmente não abrigando organismos que causam epidemias.

Há uma exceção quando as mortes forem causadas por doenças altamente infecciosas (como ebola, febre de Lassa ou cólera), ou quando o desastre ocorreu em uma área onde a incidência dessas doenças é endêmica. Nessas circunstâncias, existe a possibilidade de propagação da doença a partir dos cadáveres.

2. Quais são os riscos para a saúde pública?

Exceto quando as mortes foram causadas por doenças altamente infecciosas, o risco para a população é negligenciável. No entanto, existe o risco de contrair diarreia como consequência de beber água contaminada por matéria fecal de cadáveres. A desinfecção de rotina da água para beber é suficiente para prevenir doenças transmissíveis por essa via. (Veja a pergunta 6 sobre os riscos à saúde dos que manuseiam os cadáveres).

3. Os cadáveres podem contaminar a água?

Sim, podem, do mesmo modo que pessoas vivas. Os cadáveres com frequência liberam fezes que podem contaminar rios ou outras fontes de água, provocando riscos de doenças diarreicas que podem ser evitadas com um tratamento adequado da água.

4. É eficaz pulverizar os corpos com desinfetantes ou cal viva?

A cal não acelera a decomposição e, já que os cadáveres não são geralmente um foco infeccioso para a população, o desinfetante não é necessário.

5. Os funcionários locais e os jornalistas afirmam que existe risco para a população de contaminação por doenças originadas dos cadáveres. Isso é correto?

Muitos profissionais e jornalistas não compreendem o risco proveniente de cadáveres após desastres naturais. Até mesmo profissionais de saúde locais e internacionais muitas vezes estão mal informados e contribuem para a difusão de boatos infundados sobre os surtos e epidemias. Os cadáveres das pessoas mortas em decorrência de desastres naturais não provocam epidemias. O risco de doenças causadas por cadáveres somente é verdadeiro quando a morte for provocada por uma doença altamente infecciosa, ou ocorrer em áreas onde a doença infecciosa é endêmica. Mesmo assim, o risco de contágio da doença a uma pessoa que manuseia os cadáveres é baixo (ver pergunta 6).

6. Existe algum risco para as pessoas que manuseiam os cadáveres?

Para as pessoas que manuseiam cadáveres (resgatistas, funcionários de necrotérios, etc), existe um risco se a morte for causada por doença altamente infecciosa (como ebola, febre de Lassa, cólera). Os agentes infecciosos responsáveis por essas doenças têm durações variáveis após a morte. Os órgãos internos que abrigam organismos como tuberculose, que pode perdurar por períodos longos após a morte de uma pessoa, são em geral manuseados somente por pessoal qualificado durante a autópsia de fato. Isso não faz parte de nenhum procedimento descrito no presente manual. Devem ser implementados programas de apoio para as pessoas que manuseiam os cadáveres, de modo a lidar com qualquer impacto psicológico causado por esse tipo de trabalho.

7. Os profissionais devem usar máscaras?

O odor proveniente dos corpos em decomposição é desagradável, mas por si próprio o cheiro não oferece riscos para a saúde em ambientes bem ventilados, de maneira que o uso de máscaras nessas áreas não é em geral necessário por motivos de saúde. No entanto, máscaras especiais podem ser necessárias por razões de saúde e segurança em algumas circunstâncias, como na presença de gases tóxicos, fumaça, partículas, etc.

8. Com que urgência os corpos devem ser removidos?

A remoção de corpos não é a tarefa mais urgente após um desastre por causas naturais. A prioridade é resgatar e cuidar dos sobreviventes. Contudo, os corpos devem ser recolhidos e fotografados o quanto antes (e preferencialmente antes de que comece a decomposição); informações básicas sobre os corpos devem ser coletadas e registradas; os códigos únicos atribuídos e os corpos armazenados de modo temporário para protegê-los e facilitar uma possível identificação. Quanto antes isso for feito, maior o número de corpos que poderá ser identificado. Na presença de uma epidemia altamente infecciosa, a coleta e a gestão adequada dos cadáveres por pessoal qualificado é uma prioridade da maior urgência.

9. As valas comuns devem ser usadas para acelerar o tratamento final dos cadáveres?

Não se justifica o sepultamento em massa feito rapidamente por motivos de saúde pública. Apressar-se para dar um tratamento final aos corpos sem tirar fotografias, obter as informações necessárias ou registrar a sua exata localização traumatiza as famílias e comunidades. Se forem tomados estes simples passos para identificar o maior número possível de corpos, poderão ser evitadas graves consequências sociais e jurídicas para as famílias. Em circunstâncias excepcionais, o uso de valas comuns, como uma forma de conservação temporária e passível de localizar e de proteger os cadáveres, é aceitável se for feito de maneira correta.

10. O que as autoridades devem fazer com os corpos em curto prazo?

Os corpos devem ser recolhidos e armazenados em câmaras refrigeradas quando possível ou enterrados provisoriamente. Devem ser tomados passos simples para ajudar a identificar todos os cadáveres. Deve-se fotografar os corpos e registrar todas as informações descritivas de cada corpo. Os restos mortais devem ser armazenados ou enterrados provisoriamente de modo a permitir uma investigação por peritos forenses no futuro.

11. Quais são os passos mínimos necessários para identificar o maior número de mortos possíveis?

A identificação de cadáveres após desastres pode ser um processo complexo. Os passos mínimos necessários para identificar o maior número possível de cadáveres figuram no manual *Gestão de Cadáveres após Desastres*. Em termos gerais, a identificação de um cadáver é feita com a comparação das informações sobre a pessoa ainda viva e as informações sobre o cadáver. Assim, são necessárias as informações sobre as pessoas desaparecidas (uma lista de desaparecidos e dados individuais específicos sobre cada pessoa desaparecida). Também são necessárias as informações sobre o cadáver (fotos, preferencialmente tiradas antes do início da decomposição e dados sobre traços característicos, roupas e pertences pessoais).

Para poder buscar estas informações, deve ser atribuído um código único ao corpo que deverá constar em todas as fotografias e em todos os dados coletados; deverá ser preso ao corpo, ao saco mortuário e ao local de sepultamento, de modo que a sua localização possa ser registrada e o corpo recuperado a qualquer momento. De forma ideal, os peritos forenses devem participar, mas isso nem sempre é possível.

12. Quais são os potenciais problemas psicológicos para as pessoas de luto?

Os familiares (em todas as religiões e culturas) sentem uma profunda necessidade de identificar os seus entes queridos. Todos os esforços para identificar os corpos serão de ajuda. O processo de luto e os enterros individuais tradicionais (ou outras formas de dar um tratamento final ao corpo) são importantes fatores para o processo de recuperação ou cura pessoal e comunitária. No caso de epidemias, os rituais de sepultamento tradicionais podem não ser adequados devido aos riscos à saúde envolvidos. As questões psicológicas relacionadas devem ser levadas em consideração.

13. Que tratamento deve ser dado aos corpos de estrangeiros?

As famílias de turistas estrangeiros mortos em um desastre esperam, do mesmo modo que as famílias locais, que o ente querido seja identificado e o corpo lhes seja restituído. A identificação adequada tem sérias implicações familiares, sociais, econômicas e diplomáticas. Os passos mínimos necessários (alocação de um código único ao corpo, fotos, dados dos cadáveres coletados e armazenados) maximizarão o número de estrangeiros identificados. Os consulados e embaixadas estrangeiras devem ser informados e outras agências relevantes (CICV, Interpol, etc) devem ser contatadas para auxiliar na tarefa.

14. Sou voluntário: como posso ajudar?

Para ser útil, você pode colaborar na recuperação e na gestão adequadas de cadáveres e ajudar no registro das informações necessárias. Você também pode prestar assistência na recuperação e no tratamento final dos cadáveres, sob a orientação de uma autoridade coordenadora oficialmente reconhecida. Entretanto, antes de realizar qualquer atividade, primeiro você deve receber informações, instruções, capacitação, equipamentos e apoio para esta difícil tarefa. O manual de campo sobre *Gestão de Cadáveres após Desastres* deverá ser o marco da sua participação.

15. Represento uma ONG: como posso ajudar?

Dar apoio às famílias e coletar informações em colaboração com a autoridade coordenadora será a melhor maneira de ajudar os familiares sobreviventes. Você também pode promover a identificação e o tratamento adequado dos mortos, incluindo a divulgação do manual de campo *Gestão de Cadáveres após Desastres*. As ONGs não devem ser chamadas para a gestão dos mortos, a menos que seus membros estejam capacitados para esta tarefa e que trabalhem sob a supervisão direta de uma autoridade legal competente.

16. Sou profissional de saúde: como posso ajudar?

Os sobreviventes precisam de mais ajuda do que os mortos. Qualquer ajuda profissional para combater o mito sobre as epidemias causadas por cadáveres será bem-vinda. Converse sobre isso com os seus colegas e representantes de meios de comunicação, com referência ao manual de campo *Gestão de Cadáveres após Desastres*.

17. Sou jornalista: como posso ajudar?

Se você ouvir comentários ou afirmações sobre a necessidade de realização de enterros coletivos ou incineração de corpos para evitar epidemias, oponha-se. Promova o conhecimento do manual de campo *Gestão de Cadáveres após Desastres*, inclusive fazendo referência a ele em suas matérias. Se necessário, não hesite em consultar as pessoas apropriadas nas seguintes organizações: OMS, OPAS, CICV, Federação Internacional ou a Cruz Vermelha/o Crescente Vermelho local.

ANEXOS

- ANEXO 1. FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE CADÁVERES**
- ANEXO 2. FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOBRE PESSOAS DESAPARECIDAS**
- ANEXO 3. ETIQUETA DO CADÁVER COM CÓDIGO ÚNICO DE REGISTRO E CADEIA DE CUSTÓDIA**
- ANEXO 4. CHECKLIST PARA O PLANO DE GESTÃO EM CASO DE VÍTIMAS EM MASSA**
- ANEXO 5. FLUXOGRAMA DO PLANO DE COORDENAÇÃO PARA A GESTÃO DE CADÁVERES: UM EXEMPLO**
- ANEXO 6. GESTÃO DOS CORPOS DE PESSOAS QUE MORRERAM DE DOENÇA EPIDÊMICA OU INFECCIOSA**
- ANEXO 7. CEMITÉRIOS**
- ANEXO 8. PROCESSOS QUE PERMITEM O USO DE ANÁLISE FORENSE DE DNA EM UM DESASTRE COM VÍTIMAS EM MASSA**
- ANEXO 9. A GESTÃO DE CADÁVERES DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS APÓS UM DESASTRE COM VÍTIMAS EM MASSA**
- ANEXO 10. PUBLICAÇÕES DE REFERÊNCIA**
- ANEXO 11. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANEXO 1

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE CADÁVERES

Código único:

(Utilize este mesmo código em arquivos, fotografias ou objetos armazenados associados.)

Identidade possível do corpo (Explicar as razões para atribuir a possível identidade):

Pessoa que preencheu o formulário

Nome e sobrenome: _____

Cargo oficial: _____ Local e data: _____

Assinatura: _____

Detalhes sobre a recuperação: (Informe o local, a data, a hora, por quem foi encontrado e as circunstâncias. Indique as coordenadas de GPS se disponíveis. Indique se foram recuperados outros corpos na mesma área, incluindo os nomes e possível parentesco, se já foram identificados.)

Código único: _____

A. DESCRIÇÃO FÍSICA

A.1	Condição geral (marque uma opção)	a)	Corpo completo	Corpo incompleto (descreva):		Segmento corporal (descreva):	
		b)	Bem preservado	Em decomposição	Parcialmente esqueletizado	Completamente esqueletizado	Queimado
A.2	Sexo aparente (marque uma opção e descreva as evidências):	Masculino			Feminino		Indeterminado
		Descreva as evidências (órgãos genitais, barba, etc):					
A.3	Faixa etária (marque uma opção):	Bebê	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	
A.4	Descrição física (informe a medida ou marque uma opção)	Altura (desde o calcanhar até o topo da cabeça com unidades):			Baixa	Mediana	Alta
		Peso (especifique as unidades):		Magro	Médio	Gordo	
A.5	a) Cabelo:	Cor:	Comprimento:	Forma:	Calvície:	Outra:	
	b) Pelos faciais	Nenhum	Bigode	Barba	Cor:	Comprimento:	
	c) Pelos corporais	Descreva:					
A.6	Características especiais: Físicas (p. ex. amputações antigas - membros, dedos) Próteses cirúrgicas (p. ex. membros artificiais) Sinais na pele (cicatrizes, tatuagens, piercings, marcas de nascimento, pintas, verrugas etc.), especificar o lugar Ferimentos aparentes: informe o lugar, lado Condições da arcada dentária: (existência de coroas, dentes de ouro, adornos dentais, dentes falsos). Descreva quaisquer características óbvias	Utilize folhas adicionais se necessário. Se possível, inclua um esboço dos principais sinais encontrados. Indique se foram tiradas fotos (incluindo o código único em todas as fotos).					

Código único: _____

B. EVIDÊNCIAS ASSOCIADAS

B.1	Roupas:	Tipo de roupa, cor, tecido, marca, consertos. Descreva o mais detalhadamente possível.
B.2	Calçados:	Tipo (botas, sapatos, sandálias), cor, marca, tamanho. Descreva o mais detalhadamente possível.
B.3	Artigos óticos:	Óculos (cor, formato), lentes de contato. Descreva o mais detalhadamente possível.
B.4	Objetos pessoais:	Relógio, joias, carteira, chaves, fotos, celular (incluir o número), remédios, cigarros, etc. Descreva o mais detalhadamente possível.
B.5	Documentos de identidade:	Carteira de identidade, passaporte, carteira de motorista, cartão de crédito, etc. Tirar fotos se possível (incluindo o código único na fotografia). Descreva as informações contidas neles.

Código único: _____

C. INFORMAÇÕES REGISTRADAS

C.1	Impressões digitais:	Sim	Não	Tiradas por quem? Onde estão armazenadas?
C.2	Fotografias do cadáver:	Sim	Não	Tiradas por quem? Onde estão armazenadas?

D. SITUAÇÃO DO CORPO

Armazenado:	(necrotério, contêiner refrigerado, sepultamento temporário). Descreva a localização.
	Sob a responsabilidade de quem:
Entregue:	A quem e em que data:
	Autorizado por:
	Destino final:

ANEXO 2

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOBRE PESSOAS DESAPARECIDAS

Nome da pessoa desaparecida e código único para este arquivo: (Para o nome, preencha o sobrenome primeiro seguido de vírgula e outros nomes. (Utilize o mesmo código em arquivos, fotografias ou objetos armazenados associados.)
Nome do entrevistador:
Dados para contato com o entrevistador:
Nome(s) do(s) entrevistado(s):
Parentesco com a pessoa desaparecida:
Dados para contato com o entrevistado: Endereço:
Telefone: E-mail:
Outra pessoa de contato (caso não seja a mesma acima indicada): (A quem contatar em caso de haver notícias). Indicar o nome e dados para contato.

N.º PD /Código: _____

A. INFORMAÇÕES PESSOAIS

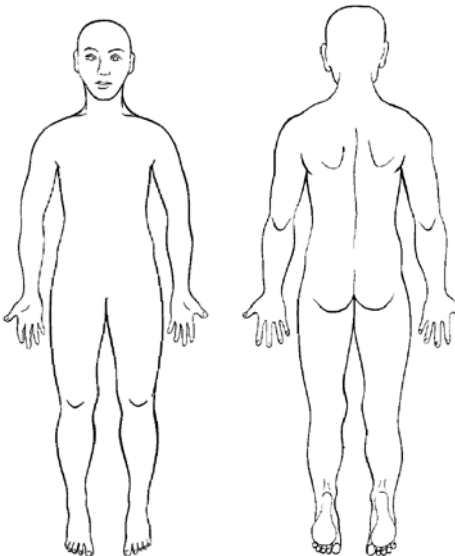
A.1	Nome da pessoa desaparecida:	(Inclua sobrenome, nome do pai e/ou da mãe, apelidos e pseudônimos):				
A.2	Endereço/Local de residência:	Indique endereço da última residência e da residência habitual se diferente da anterior				
A.3	Estado civil:	Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo	União estável
A.4	Sexo:	Masculino	Feminino	Outro		
A.5	Se mulher:	Nome de solteira:				
		Grávida	Filhos	Quantos?		
A.6	Idade da pessoa desaparecida:	Data de Nascimento:			Idade:	
A.7	Lugar de nascimento, nacionalidade, principal idioma:					
A.8	Documentos de identidade: Principais dados (número, etc.)	Se disponível, anexe uma cópia ou fotografia do Documento de Identidade.				
A.9	Há impressões digitais disponíveis?	Sim	Não	Onde:		
A.10	Ocupação:					
A.11	Religião:					

B. EVENTO

B.1	Circunstâncias que levaram ao desaparecimento: (Utilize folhas adicionais se necessário)	Lugar, data, horário, circunstâncias que levaram ao desaparecimento, outras vítimas e testemunhas que viram a pessoa desaparecida viva por última vez (inclua nome e endereço):				
	Este caso foi registrado em algum outro lugar?	Sim	Não	Com quem/onde?		
B.2	Há outras pessoas da família que estão desaparecidas? Em caso afirmativo, estas pessoas foram registradas/identificadas?	(Enumere os nomes, parentescos e situação atual):				

N.º PD /Código: _____

C. DESCRIÇÃO FÍSICA

C.1	Descrição geral (indique as medidas exatas ou aproximadas E circule o grupo correspondente)	Altura (exata/estimada):		Baixa	Mediana	Alta
		Peso:		Magro	Médio	Obeso
C.2	Grupo étnico/cor da pele:					
C.3	Cor dos olhos:					
C.4	a) Cabelo:	Cor:	Comprimento:	Forma:	Calvície:	Outra característica:
	b) Pelos faciais:	Nenhum	Bigode	Barba	Cor:	Comprimento:
	c) Pelos corporais:	Descreva:				
C.5	Características especiais: Características físicas - (por exemplo, formato das orelhas, sobrancelhas, nariz, queixo, mãos, pés, unhas, deformidades etc.)	Continue em folhas adicionais se necessário. Faça desenhos e/ou marque as principais características no esquema corporal.				
	Sinais na pele - Cicatrizes, tatuagens, piercings, marcas de nascimento, pintas, circuncisão, etc.)					
	Ferimentos passados/ amputações - Informe a localização, o osso ou a articulação fraturada (por exemplo, joelho) e se a pessoa mancava					
	Outras condições médicas importantes - operações, doenças, etc.					
	Implantes - marca-passo, prótese de quadril, DIU, placas ou pinos de operações, próteses, etc.					
	Tipos de remédios - (usados regularmente antes do desaparecimento)					
						

N.º PD /Código: _____

C.6**Condições da arcada dentária:**

Descreva as características gerais, levando em consideração principalmente o seguinte:

- Dentes faltantes
- Dentes quebrados
- Dentes cariados
- Alterações de cor (por exemplo, manchas causadas por doenças, tabagismo ou outros motivos)
- Espaços entre os dentes
- Dentes encavalados ou tortos
- Inflamação das gengivas (abscesso)
- Adornos (incrustações, dentes lixados etc.)
- Qualquer outra característica especial

Tratamentos dentários:

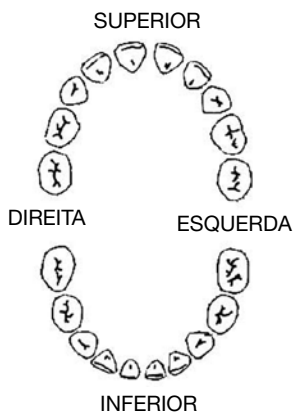
Indique se a Pessoa Desaparecida recebeu algum tratamento dentário, como por exemplo:

- Coroas (por exemplo, dentes de ouro)
- Cor: dourado, prateado, branco
- Obturações (incluindo cor se conhecida)
- Dentes postiços (dentaduras) – superior, inferior
- Pontes ou outros tratamentos dentários especiais
- Extrações

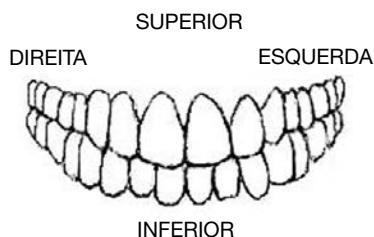
Se possível, utilize um desenho e/ou indique as características descritas no esquema abaixo:

Se a pessoa desaparecida for uma criança, por favor, indique no esquema abaixo que dentes de leite já nasceram, quais já caíram e quais dentes permanentes nasceram. Use o esquema abaixo.

**CRIANÇA /
DENTES DE LEITE /
PRIMÁRIOS**



**ADULTO /
DENTES DEFINITIVOS /
PERMANENTES**



N.º PD /Código: _____

D. OBJETOS PESSOAIS

D.1	Roupas: (que a pessoa usava quando foi vista pela última vez/ no momento do desastre).	Tipo de roupas, cores, tecidos, marcas, consertos. Descreva o mais detalhadamente possível.
D.2	Calçados: (que a pessoa usava quando foi vista pela última vez/ no momento do desastre).	Tipo (botas, sapatos, sandálias), cores, marca, tamanho. Descreva o mais detalhadamente possível.
D.3	Artigos óticos:	Óculos (cor, formato), lentes de contato. Descreva o mais detalhadamente possível.
D.4	Objetos pessoais:	Relógio, joias, carteira, chaves, fotos, celular (incluir o número), remédios, cigarros, etc. Descreva o mais detalhadamente possível.
D.5	Documentos de identidade: (que a pessoa estava/poderia estar portando quando foi vista pela última vez/no momento do desastre).	Carteira de identidade, passaporte, carteira de motorista, cartão de crédito, etc. Fazer uma cópia se possível. Descreva as informações contidas neles.
D.6	Hábitos:	Fumante (cigarros, charutos, cachimbos); usuário de tabaco de mascar, betela, bebidas alcoólicas, etc. Descreva inclusive quantidades consumidas.
D.7	Históricos clínicos e médicos, radiografias	Forneça informações sobre médico, dentista, oculista ou outros.
D.8	Fotografias da pessoa desaparecida:	Se disponíveis, anexe fotos ou cópias de fotos: o mais recente e nítidas possíveis, preferencialmente sorrindo (com os dentes visíveis), e fotos das roupas que vestia quando desapareceu.

Obs.: Ao assinar este formulário, o entrevistado tem conhecimento de que as informações coletadas neste formulário serão utilizadas somente para a busca e a identificação da pessoa desaparecida. O seu conteúdo é confidencial e qualquer outro uso além da busca e identificação da pessoa desaparecida requer o consentimento explícito do entrevistado.

Local e data da entrevista:

Assinatura do entrevistador:

Assinatura do entrevistado:

Se solicitada, uma cópia deste formulário com as informações de contato do entrevistador deve ser entregue ao entrevistado.

ANEXO 3

ETIQUETA DO CADÁVER COM CÓDIGO ÚNICO DE REGISTRO E CADEIA DE CUSTÓDIA

●

CÓDIGO ÚNICO DE REGISTRO

LOCAL DE RECUPERAÇÃO
PESSOA/EQUIPE
NÚMERO

Data	Hora
------	------

CADEIA DE CUSTÓDIA

Recebido de	Para
Data	Hora
Recebido de	Para
Data	Hora
Recebido de	Para
Data	Hora

ANEXO 4

CHECKLIST PARA O PLANO DE GESTÃO EM CASO DE VÍTIMAS EM MASSA

Checklist para o plano em caso de vítimas em massa — anexo a um Plano Nacional de Gestão de Desastres

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) desenvolveu um checklist para um plano de gestão em casos de vítimas em massa que pode apresentar elementos para serem incluídos em qualquer Plano Nacional de Gestão de Desastres. Essa lista baseia-se no Plano de Resiliência para Gestão em Caso de Vítimas em Massa de Londres de 2006 e no presente manual.

A lista contém os elementos essenciais que deveriam ser abordados pelos Ministérios de Saúde e pelas Agências de Gestão de Desastres ao elaborarem o plano de gestão em casos de vítimas em massa. Este não precisa ser adotado isoladamente; pode ser um anexo ao Plano Nacional de Gestão de Desastres. Como tal, o anexo serve de referência para esses casos e se concentra apenas nos elementos relacionados exclusivamente a uma situação de vítimas em massa.

É importante que os países realizem exercícios regulares com base nos seus planos para avaliar a capacidade organizacional de implementação deles (ou parte deles) e promover a preparação para estes casos.

Elementos básicos do plano de gestão em caso de vítimas em massa

I. Introdução e objetivo

- ◆ Faça uma síntese do propósito do plano de gestão.
- ◆ Enumere as suposições do plano.
- ◆ Defina o escopo de aplicação do plano e os riscos locais que possam provocar as situações de vítimas em massa, como por exemplo, o tipo, a frequência, o nível de impacto, etc.
- ◆ Relacione os membros do comitê de coordenação/parceiros indispensáveis e partes interessadas nos processos de planejamento e implementação do plano.

II. Ativação

- ◆ Descreva o processo de ativação e identifique quem, ou qual agência, será responsável pela ativação do plano de gestão em caso de vítimas em massa. (Assegure-se de que seja a mesma autoridade que figura no Plano Nacional de Gestão de Desastres.)
- ◆ Inclua um fluxograma de chamadas de emergências e as funções e responsabilidades de cada pessoa nesta fase do plano.

III. Comando e controle

- ◆ Analise com os funcionários locais responsáveis pela saúde, a aplicação da lei e a gestão de desastres sobre o modo que o plano de gestão em caso de vítimas em massa se encaixa nos planos nacionais.
- ◆ Converse também sobre as funções que terão as autoridades de saúde, as ONGs e as agências de desastres nacionais durante os casos de vítimas em massa.
- ◆ Analise a autoridade juridicamente responsável pela gestão de cadáveres a partir do momento do exame por um médico/patologista até o enterro propriamente dito. Leve em consideração as necessidades de investigação por parte das agências de aplicação da lei.
- ◆ Faça um esquema da estrutura de comando durante os incidentes locais.
- ◆ Apresente um organograma para a cadeia de comando, incluindo operações, logística, planejamento e finanças/administração.
- ◆ Relacione todos os riscos aos planos de operações de emergência conforme o caso.

IV. Logística

- ◆ Descreva as disposições para transportar os cadáveres e objetos pessoais correspondentes.
- ◆ Descreva as disposições para o armazenamento temporário dos corpos: podem ser necessários contêineres refrigerados de 6 x 12 m. Lembre-se de que cada contêiner possui capacidade limitada e requer quantidades consideráveis de eletricidade/combustível.

- ◆ Descreva os meios de comunicações de emergência entre todas as partes relevantes; devem existir canais seguros que não possam ser facilmente acessados pelos meios de comunicação, nem pelo público em geral.
- ◆ Identifique o lugar e a forma em que se podem obter os recursos necessários — p. ex. estoques nacionais/regionais de sacos mortuários, etiquetas impermeáveis, etc.
- ◆ Identifique como obter abastecimento de energia elétrica portátil e água e como fornecer aos locais.
- ◆ Nomeie uma pessoa capacitada e os membros das equipes de apoio para a gestão e supervisão dos preparativos logísticos.
- ◆ Identifique os especialistas/recursos técnicos nos níveis local e regional, assim como as medidas necessárias para obter os serviços por meio de contratos feitos anteriormente.

V. Bem-estar

- ◆ Identifique as providências que serão tomadas para atender às necessidades de bem-estar das famílias e dos amigos, incluindo uma área destinada para reconhecer os corpos (leve em consideração os casos em que os corpos devam estar isolados, como em caso de epidemias).
- ◆ Descreva os processos para a entrega dos corpos ou autorização para os enterros e as modalidades reconhecidas no país. Isso deverá ser acordado previamente com o patologista forense/médico examinador/legistas/polícia/agência judicial responsável pela investigação de mortes no país. O plano deve atender às necessidades locais em questões culturais e religiosas da comunidade.
- ◆ Inclua no plano as relações com as equipes locais de intervenção em crises ou equipes locais de assistência psicossocial e defina os procedimentos para a sua ativação baseando-se no nível de assistência que elas possam oferecer.

VI. Identificação e notificação

Identifique uma equipe de profissionais provenientes da área de aplicação da lei, autoridades sanitárias, de serviços sociais etc. que possam trabalhar na identificação dos cadáveres (por meio de procedimentos forenses), garantindo a segurança dos restos mortais e entregando-os às suas famílias/amigos. Leve em consideração os procedimentos locais de resgate e recuperação utilizados e como estes estarão relacionados com o trabalho desta equipe. Um médico ou patologista deve determinar como os segmentos corporais devem ser tratados e estas decisões devem ser incluídas no plano.

- ◆ Inclua as informações relativas aos direitos legais das pessoas falecidas — p. ex. Estatutos de Aplicação da Lei, a Resolução da Interpol AGN/65/res/13 (1996), as normas humanitárias e outras normas éticas e sociais.
- ◆ Deve-se incluir também as medidas necessárias para o reconhecimento dos corpos. Deve-se identificar as instalações para este procedimento e tomar medidas para que estas sejam estabelecidas. Analise como os corpos serão armazenados e apresentados e quem será responsável por estas atividades.
- ◆ A questão da investigação deve ser cuidadosamente considerada e todas as informações relevantes devem ser incluídas. Revise a legislação pertinente com relação a inquéritos, certidão de óbito, procedimentos de seguro, ações criminais, etc.
- ◆ O plano deve prever as situações de desastre em que não haja disponibilidade de equipes especializadas em identificação de cadáveres ou em que as dimensões do desastre excedam a capacidade local. Nestes casos, deve-se pedir assessoria externa e/ou tomar medidas que permitam a identificação em nível local.

VII. Dimensões internacionais

- ◆ Os incidentes que incluem vítimas em massa podem envolver cidadãos estrangeiros: trabalhadores estrangeiros, turistas, imigrantes ou parentes de famílias afetadas.
- ◆ O plano de gestão em caso de vítimas em massa deve ser compartilhado com embaixadas estrangeiras.
- ◆ Ao lidar com imigrantes, deve-se incluir disposição para a repatriação dos corpos das vítimas aos seus países de origem. Consulte os Departamentos de Imigração e a Procuradoria-Geral.
- ◆ Consulte o Departamento de Assuntos Internacionais ou os Gabinetes dos Governadores sobre as providências a serem tomadas para repatriar os corpos de vítimas estrangeiras mortas no país onde o desastre ocorreu. As providências para a recepção dos corpos das vítimas devem ser incluídas no plano e nas disposições para o tratamento dos restos mortais, uma vez que tenham sido recebidos.

- ◆ Considere os procedimentos especiais que possam surgir, como o embalsamento e o modo de emissão das certidões de óbito.
- ◆ Caso haja turistas ou funcionários de alto escalão envolvidos e os corpos deles tenham de ser trasladados, considere a sensibilidade da situação e a necessidade de que as informações fornecidas aos meios de comunicação local e internacional sejam controladas. Consulte a resolução da Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde sobre o Traslado Internacional de Cadáveres (1966).⁹
- ◆ Identifique os organismos equivalentes à Interpol em níveis nacional e regional e especifique as providências para recorrer a eles quando necessário.

VIII. Limpeza dos locais e recuperação dos restos mortais

- a. Defina claramente os procedimentos para fotografar os cadáveres/os segmentos corporais e a colocação das devidas etiquetas de identificação, bem como qual sistema de etiquetagem será utilizado (de acordo com os procedimentos de praxe da polícia) e quem será responsável por manter os registros precisos das etiquetas. Também avalie o lugar onde estes procedimentos serão realizados (p. ex. centros de recepção) e quais serão as medidas de segurança adequadas.
- b. Os procedimentos para fotografar, etiquetar e proteger os objetos pessoais também devem ser incluídos no plano. Quem será responsável por essas tarefas? O mais provável é que seja a polícia. Há recursos disponíveis, como câmaras digitais com suficiente espaço na memória?
- c. Deve ser feita uma auditoria de qualidade (sugere-se que seja feita por um grupo externo, que não pertença à polícia) para verificar se os procedimentos foram corretamente seguidos. O plano deve definir quem, onde e como esta atividade será realizada.
- d. Em certas situações, como ataques criminosos e/ou terroristas, o local do desastre deverá ser preservado para fins investigativos. Quem será responsável por isso e como será o procedimento? Isso deverá ser descrito detalhadamente no plano passo a passo; consulte esta questão junto à agência de aplicação da lei.

IX. Necrotérios

- e. O plano deve conter uma lista dos necrotérios e das casas funerárias locais para o armazenamento e a preparação dos corpos, com os seus respectivos detalhes (localização, capacidade, recursos etc.). O traslado dos cadáveres até estas instalações deve ser considerado. O plano deve considerar o desenvolvimento de estoques de caixões, sacos mortuários, entre outros, em níveis nacional e regional. Pode-se desenvolver um memorando de entendimento (MOU) com casas funerárias/necrotérios particulares e incluí-lo como parte do plano. Consulte a Procuradoria Geral para mais detalhes sobre estes acordos.
- f. Preveja questões como as referentes às pessoas que morrem enquanto transportadas e as que morrem em hospitais em decorrência dos ferimentos sofridos durante o desastre. Em alguns países, estas pessoas passam pelos mesmos procedimentos que aquelas que morreram no local do desastre.
- g. Considere os preparativos para lidar com os meios de comunicação e a segurança nestas instalações.
- h. Um princípio geral deve ser aplicado: os necrotérios dos hospitais NÃO devem ser utilizados, a menos que o número de vítimas seja possível de gerir, sobretudo nos casos em que haja apenas um hospital disponível. Necrotérios temporários também são uma opção a se considerar.
- i. Assegure-se de que as agências de aplicação da lei identifiquem e ofereçam procedimentos para trajetos seguros para o traslado de vítimas até os necrotérios identificados.

X. Providências para o Tratamento Final de Cadáveres

- ◆ Os procedimentos para a entrega dos corpos das vítimas às suas famílias devem estar claramente definidos, podendo ser realizados pelo médico/patologista. Os desejos da família de receberem restos mortais parciais também devem ser atendidos.
- ◆ Deve haver uma conversa com o médico/patologista e com a entidade de assistência social ou outras agências locais pertinentes sobre o tratamento final/enterro das vítimas/restos mortais não reclamados. As questões jurídicas devem ser consideradas e discutidas com a Procuradoria-Geral. Assegure-se de documentar claramente estas questões no planejamento.

XI. Desastres QBRN (Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares)

- ◆ Inclua os procedimentos para lidar com tais eventos, especificando a gestão dos cadáveres, os equipamentos necessários de proteção individual e treinamento, os procedimentos de descontaminação, o monitoramento contínuo do local, a remoção de quaisquer restos ou objetos e a localização das instalações de conservação em frio.
- ◆ Considere os procedimentos de descontaminação de veículos, outros equipamentos e instalações de conservação e os impactos sobre o meio ambiente, em conjunto com as exigências de evacuação ou isolamento das comunidades próximas.
- ◆ Talvez seja necessário contratar agências externas para que avaliem os riscos e ofereçam assessoria sobre o reconhecimento, a entrega dos corpos, o enterro, a cremação e a repatriação. Identifique estas agências no plano e formalize os correspondentes acordos.

XII. Política de informações ao público e aos meios de comunicação

- ◆ Muitos países possuem planos e políticas de comunicação pública que podem ser incluídos nesse item do plano. As declarações oficiais devem ser canalizadas por meio dos centros de comunicação relevantes, seja o Centro Nacional de Operações de Emergência (CNOE) ou o sistema de comando de incidentes no terreno. As informações provenientes de todos os locais, por exemplo, necrotério, hospital, áreas de reconhecimento para as famílias, devem ser canalizadas ao CNOE para serem compiladas.
- ◆ O ingresso dos meios de comunicação em necrotérios ou centros de intervenção em crises/áreas de reconhecimento para as famílias não deve ser permitido. Inclua procedimentos para garantir a restrição de entrada a estas áreas e canalizar as informações ao centro de comunicação.
- ◆ Os procedimentos para divulgar os nomes das pessoas mortas devem ser claramente definidos no plano, considerando, sobretudo, as grandes quantidades de vítimas mortas que ainda não foram identificadas. O plano deve contemplar a instalação de pontos de informação onde o público possa consultar sobre pessoas desaparecidas/mortas. Estes locais devem estar longe de hospitais e necrotérios.

XIII. Saúde e segurança

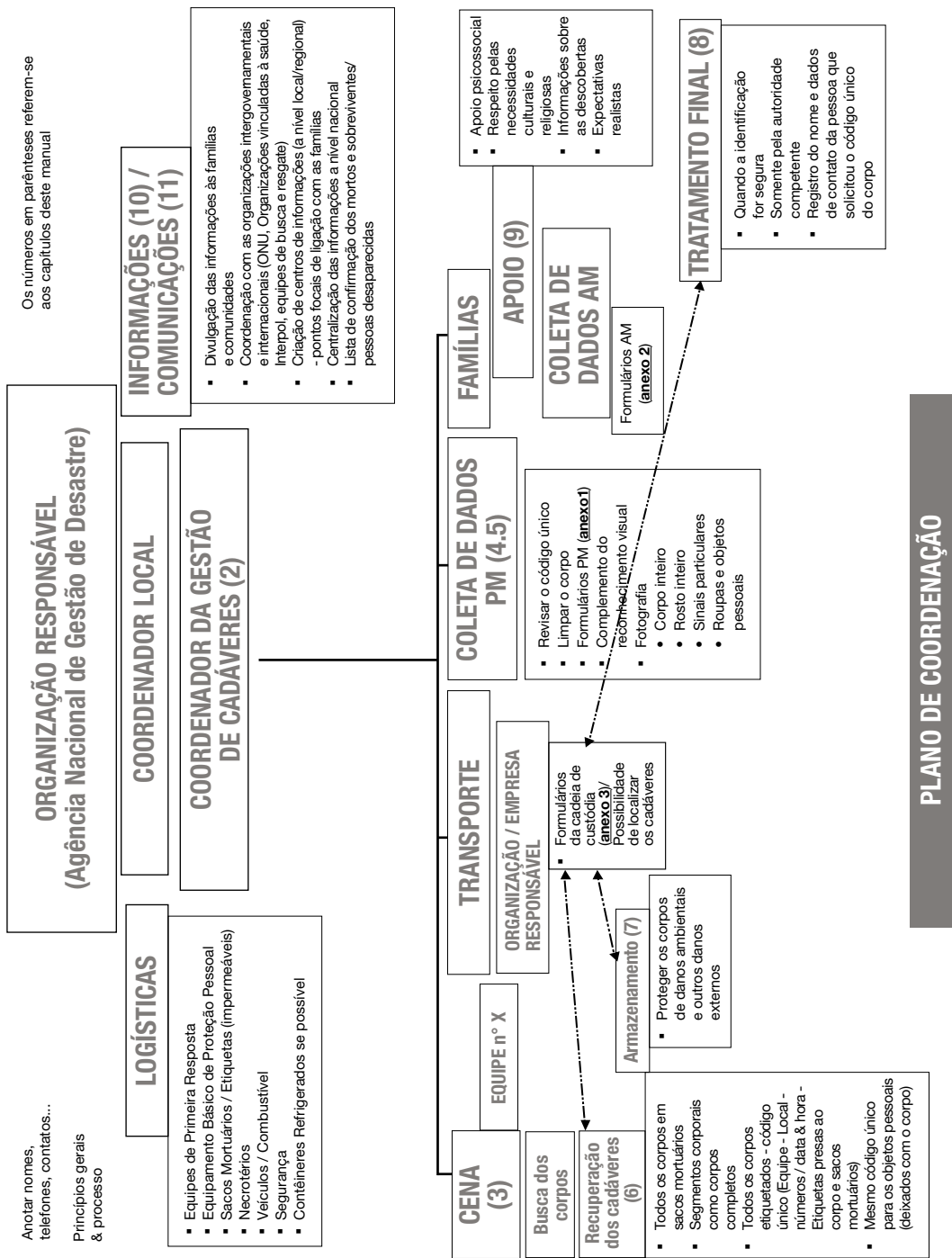
- ◆ As necessidades psicológicas e de bem-estar dos membros das equipes de resposta devem ser contempladas. As equipes locais de intervenção em crises ou os serviços de saúde mental podem prestar apoio nesta área. Considere como os voluntários da Cruz Vermelha e outros serviços semelhantes, uma vez treinados, podem oferecer tal apoio.
- ◆ Talvez seja necessário identificar e equipar as áreas de descanso. O responsável por essas áreas e como os recursos serão adquiridos deve ser estabelecido em nível local.
- ◆ O plano deve incluir detalhes sobre como e quem tratará os membros das equipes de resposta que perderam familiares e amigos.

XIV. Plano de gestão de necrotérios em situações de desastres

- ◆ Em muitos países é responsabilidade da polícia instalar e administrar a documentação das pessoas mortas em necrotérios e garantir a continuidade das evidências. Os formulários e procedimentos relevantes, bem como o desenho do plano do necrotério, devem ser incluídos no plano.
- ◆ Na hipótese de um evento de grandes proporções que envolva um grande número de vítimas, talvez seja necessário estabelecer uma equipe de gestão de necrotérios. A composição dessa equipe deve ser incluída no plano, junto com os procedimentos de recrutamento e as responsabilidades de cada pessoa.
- ◆ Inclua como parte deste item todos os procedimentos relacionados com os necrotérios a serem seguidos: entrada e registro dos corpos, conservação, exames e fotografias, limpeza do corpo, radiografias, registro de impressões digitais, exame odontológico, novo envoltório, embalsamamento, reconhecimento, liberação do corpo, corpos não reclamados, corpos repatriados, DNA e análise toxicológica, documentação, segurança da propriedade, lista de equipamentos, eliminação de resíduos, alocação de pessoal, visitantes, saúde, segurança e bem-estar.

ANEXO 5

FLUXOGRAMA DO PLANO DE COORDENAÇÃO PARA A GESTÃO DE CADÁVERES: UM EXEMPLO



ANEXO 6

GESTÃO DOS CORPOS DE PESSOAS QUE MORRERAM DE DOENÇA EPIDÊMICA OU INFECCIOSA

INTRODUÇÃO

Este é um manual para equipes de primeira resposta. Equipes sem a capacitação adequada não devem participar da gestão de cadáveres em uma epidemia de doença infecciosa como a que foi causada pelo vírus do ebola. As equipes de primeira resposta ou pessoas que não sejam especialistas podem ser capacitadas para lidar com cadáveres deste tipo de situação, mas o treinamento deve ser providenciado por pessoas experientes em lidar com a doença que causou a epidemia. Este anexo estabelece os princípios importantes, os passos a seguir e os materiais disponíveis para orientar a capacitação. Entretanto, este anexo não é um substituto para a capacitação por especialistas.

Princípios

Lidar com os corpos das pessoas que morreram em uma epidemia de uma doença altamente infecciosa como o ebola é um exercício de controle de infecção. Isso exige aos que manuseiam os cadáveres:

- * um entendimento da doença, o organismo que a causa e o modo de transmissão;
- * conhecimento dos procedimentos corretos para lidar com cadáveres potencialmente infecciosos, incluindo a colocação e remoção do equipamento de proteção pessoal (EPP);
- * autodisciplina para seguir os procedimentos corretamente e sem exceção.

Para chegar a este estágio é necessário formação e treinamento.

Compreender as doenças infecciosas — doenças do vírus do ebola

Em surtos de doenças infecciosas, é importante entender o modo de transmissão da doença. Algumas doenças podem ser transmitidas por aerossóis, enquanto outras o são por contato direto com os fluidos corporais. Compreender o modo de transmissão ajudará as equipes de primeira resposta a se protegerem da doença.

Alguns patógenos que causam doenças morrem logo após deixarem o cadáver, reduzindo o risco de transmissão a pessoas vivas. Contudo, existem algumas doenças que causam problemas mesmo depois da morte da pessoa infectada. Uma delas é a doença causada pelo vírus do ebola.

A Doença do Vírus do Ebola (DVE), anteriormente chamada de Febre Hemorrágica do Ebola, está categorizado dentro do Grupo 4 de classificação de agentes biológicos que causam doenças infecciosas. Os patógenos do Grupo 4 “normalmente causam graves doenças em humanos ou animais que podem ser imediatamente transmitidas de um indivíduo a outro, direta ou indiretamente. Normalmente não existem medidas preventivas e tratamentos terapêuticos eficazes”.¹⁰ Esta doença é transmitida mediante contato direto com os fluidos corporais de uma pessoa ou corpo que carrega a doença. O vírus pode sobreviver por vários dias na superfície do corpo e em lençóis que foram contaminados com fluidos corporais. As pessoas que manuseiam os cadáveres se infectam com o ebola quando os fluidos corporais da pessoa morta os contaminam através da pele ferida ou membranas da mucosa ressecadas. Desse modo, é importante estar consciente dos riscos graves e portar equipamento completo de proteção ao manusear os cadáveres. Este tipo de conscientização e preparação requer formação e treinamento sobre as doenças que são classificadas neste grupo patogênico e como os corpos devem ser tratados.

Equipamento de proteção pessoal (EPP)

Esta é uma breve introdução a algumas recomendações básicas sobre o uso do equipamento de proteção pessoal ao manusear corpos que possivelmente abriguem patógenos do Grupo 4.¹⁰ No entanto, as pessoas que o fazem devem ser capacitadas com supervisão adequada antes de usar este equipamento.

Ao manusear corpos passíveis de abrigar patógenos do Grupo 4, todos os envolvidos devem:

1. Cobrir completamente as membranas mucosas dos olhos, boca e nariz com o equipamento de proteção pessoal.
2. Utilizar uma máscara facial ou óculos de proteção.
3. Utilizar uma máscara cirúrgica resistente a fluidos com uma estrutura firme que não toque na boca (por exemplo, em forma de bico de pato ou de taça).
4. Usar luvas duplas de nitrilo (não de latex).
5. Vestir roupa de proteção além dos uniformes usuais (p. ex. batas cirúrgicas).
 - * A roupa de proteção deverá ser uma capa e avental descartáveis ou um macacão e avental descartáveis. A capa ou o macacão descartáveis deverão ser feitos de um tecido à prova de penetração do sangue, fluidos corporais ou patógenos de via sanguínea.
 - * A escolha do avental deverá seguir os seguintes critérios, em ordem de preferência: avental impermeável descartável; se não estiver disponível, use um avental reutilizável para serviços pesados, desde que seja limpo e desinfetado adequadamente entre um uso e o outro.
6. Usar botas impermeáveis (p. ex. de borracha).
7. Usar um protetor para a cabeça que cubra da cabeça ao pescoço. O protetor deve ser separado da capa ou macacão de modo que possa ser removido separadamente.

(As especificações técnicas estão contidas nas diretrizes da OMS com conselhos práticos sobre equipamento de proteção pessoal no contexto de um surto de doença causada pelo filovírus, emitidas em outubro de 2014).¹¹

Gestão segura e sepultamento

A OMS elaborou um protocolo sobre gestão segura, incluindo sepultamentos, das pessoas que morreram supostamente de doenças causada pelo vírus do ebola.¹² Estas medidas deverão ser aplicadas por todos que manuseiam cadáveres, não importa a brevidade, ou participam do traslado ou sepultamento. **Somente pessoas capacitadas devem manusear esses cadáveres.**

Este procedimento é muito sensível para as famílias e as comunidades. Pode causar problemas ou mesmo um conflito aberto. Antes de iniciar qualquer procedimento, a família deve ser preparada, recebendo explicações sobre o processo de sepultamento e todos os passos, em especial com relação à dignidade e respeito pela pessoa falecida. Uma vez que seja entendido e acordado, o sepultamento pode ser realizado. Nenhum processo de sepultamento deverá ser realizado sem acordo com os familiares.

Em síntese, o processo inclui os seguintes passos:¹³

<p>1. Antes de sair:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação da equipe e • preparação dos desinfetantes 	<p>Cada equipe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4 carregadores, cada um vestindo o equipamento de proteção pessoal completo; • uma pessoa para pulverizar com equipamento de proteção completo; • um supervisor técnico - sem o equipamento de proteção; • um facilitador/comunicador comunitário - sem equipamento de proteção.
<p>2. Reunir todo o equipamento necessário antes de se dirigir à casa da pessoa falecida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sacos mortuários; • Higiene para as mãos; • Equipamento de proteção pessoal; • Tratamento de resíduos.
<p>3. Chegada: Preparar a família para o sepultamento na casa da pessoa falecida; avaliar os riscos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimentar a família sem o equipamento de proteção; • Oferecer condolências; buscar o representante da família; conversar sobre a organização do sepultamento; • Explicar os procedimentos de segurança; • Se a família tiver um caixão, identificar os membros da família que o carregarão; • Verificar se foi cavada uma sepultura; caso negativo, organize a tarefa.
<p>4. Colocação do equipamento de proteção pessoal (EPP).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coloque todo o equipamento de proteção pessoal na presença da família da vítima.
<p>5. Colocação do corpo no saco mortuário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos dois membros da equipe entram na casa; • Coloque o saco mortuário ao lado do corpo e abra-o; • Levante o corpo pelos braços e pernas e o coloque no saco mortuário; • Feche o saco; • Desinfete a parte externa do saco mortuário.
<p>6. Coloque o corpo em um caixão quando for culturalmente apropriado; se não houver um, transporte o corpo até o crematório.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coloque o saco mortuário dentro do caixão; • Coloque roupas e outros artigos no caixão, segundo os desejos da família; • Permita que os membros da família, usando luvas, fechem o caixão; • Desinfete o caixão; • Respeite o tempo de luto necessário para a família.
<p>7. Recolha os objetos contaminados, desinfete-os se necessário ou queime, limpe e desinfete o ambiente (quartos, casa), usando o equipamento de proteção pessoal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Limpe com detergente e depois desinfete todos os cômodos e adjacências da casa que possivelmente foram infectados pelo paciente; especialmente as áreas contaminadas por fluidos corporais (p. ex. sangue, secreções nasais, escarro, urina, fezes e vômito); • Recolha qualquer objeto perfurante possivelmente utilizado em um paciente e descarte em um contêiner hermético e resistente à perfuração; • Com o consentimento da família, quaisquer objetos, roupas ou roupa de cama contaminados com os fluidos corporais do paciente falecido deverão ser queimados a alguma distância da casa. Substitua lençóis, colchões, colchonetes de palha e similares por novos; • Desinfete outros objetos possivelmente infectados pelo paciente falecido. <p>Ao final do procedimento, todos os pertences do paciente falecido serão queimados, estarão no caixão, ou colocados em um saco desinfetado; e todos os lugares potencialmente contaminados da casa serão desinfetados.</p>

<p>8. Remoção do equipamento de proteção pessoal pela equipe de gestão do sepultamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oriente a desinfecção de todos os familiares que portarem o equipamento de proteção pessoal; • Desinfete o equipamento de proteção reutilizável (p. ex. botas de borracha) da equipe; • Remova o equipamento utilizável apenas uma vez e coloque em um saco de lixo adequado depois de seguir os passos recomendados. • Faça a higiene das mãos; • Recupere o equipamento reutilizável desinfetado em um saco de lixo. <p>Ao final deste passo, os membros da equipe terão removido os seus equipamentos de proteção e realizado a higiene das mãos.</p>
<p>9. Traslado do caixão ou do saco mortuário da casa ao cemitério.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Se o caixão não estiver contaminado, o uso de luvas domésticas ao carregar é suficiente. • A parte traseira de um carro apropriado pode servir como carro fúnebre. • É necessário o tempo para pêsames e luto. • Alguns familiares podem sentar junto ao caixão, mas não no carro com a equipe do sepultamento. • Manifestações culturais da dor pelo luto – gritos/choro/cantos – devem ser respeitadas. <p>Ao finalizar este passo, o caixão se encontra a caminho do cemitério.</p>
<p>10. Sepultamento no cemitério e envolvimento da comunidade para as orações, já que isso dissipa as tensões e propicia em ambiente mais tranquilo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os carregadores com luvas domésticas levam o caixão e o descendem ao túmulo; • Coloque os sacos com roupas e objetos no túmulo; • Respeite os costumes culturais (p. ex. abrir um buraco no caixão para permitir que o espírito saia; permitir tempo para as orações e discursos; familiares cobrem de terra o túmulo); • Coloque a placa de identificação permanente no túmulo; • Recupere e coloque as luvas em um saco de lixo infeccioso para desinfecção; • Depois de remover as luvas, faça a higiene das mãos.
<p>11. Retorno ao hospital.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incinere o equipamento não reutilizável; • Desinfete novamente e seque o equipamento reutilizável; • Limpe e desinfete o carro fúnebre, principalmente a parte onde foi transportado o caixão (ou saco mortuário).

ANEXO 7 CEMITÉRIOS

Este anexo apresenta considerações e recomendações para lidar com as principais questões na escolha de um lugar para sepultamento, para o armazenamento temporário ou duradouro de cadáveres, após uma situação de desastre. Em circunstâncias extremas, pode não ser possível seguir todas. Após epidemias de doenças infecciosas, deve-se buscar assessoria de especialistas.

Critérios/riscos a serem considerados	Medidas
Contaminação de água potável a partir de restos mortais em decomposição	<ol style="list-style-type: none"> 1. A contaminação da água pode ocorrer a partir de restos mortais enterrados através da infiltração na água potável, em concentração elevada, de microorganismos. São os microorganismos que estão presentes nos corpos no momento da morte. Contudo, não há nenhuma referência documentada de surtos generalizados de doenças causados inequivocamente por infiltrações provenientes de cemitérios.^{14,15} 2. Mantenha uma distância segura entre as sepulturas e os poços e escavações com água para consumo (250m*) 3. Mantenha uma distância segura entre as sepulturas e outras fontes de água ou nascentes (30m*) e das drenagens no campo (10m*). 4. Os restos mortais devem ser enterrados acima dos lençóis freáticos. 5. Uma zona de transição com vegetação de raízes profundas ao redor das sepulturas ajuda a eliminar microorganismos e agentes de decomposição.¹⁶ 6. Os caixões devem ser feitos de material que se decomponha rapidamente e não liberem subprodutos químicos persistentes no meio ambiente.¹⁴ <p>*As distâncias podem variar de acordo às propriedades geológicas e hidrológicas locais do solo.</p>
Animais necrófagos	<ul style="list-style-type: none"> • O corpo deve ser coberto com uma camada grossa de terra (90cm - 1,2m) para impedir o acesso de animais necrófagos. • Cercar o local pode impedir o acesso desses animais de grande porte.
Topografia	<ul style="list-style-type: none"> • Os cemitérios estão normalmente localizados em terrenos elevados, acima das áreas circundantes, de modo a proteger os lençóis freáticos. • Se o terreno for plano, não deve ser um lugar propenso a inundações. Declives e morros podem estar sujeitos a deslizamentos e podem ser mais difíceis de escavar. • Deve-se buscar uma opinião de especialistas geológicos e hidrológicos antes de construir um novo cemitério.
Aspectos culturais e religiosos	<ul style="list-style-type: none"> • Rituais funerários diferem-se enormemente na mesma comunidade ou entre distintas comunidades. O local de sepultamento deve permitir às pessoas de luto que honrem a memória dos seus mortos segundo a sua vontade.¹⁵ • O local final de sepultamento de cada corpo deve ser indicado na superfície do solo. • Para os segmentos corporais não identificados (p. ex. corpos altamente fragmentados), um jardim/monumento deve ser instalado em memória dos mortos com o consentimento das famílias.
Aspectos jurídicos	<ul style="list-style-type: none"> • Muitos países possuem um marco jurídico sobre a instalação de cemitérios (normas de saúde pública, leis ambientais, leis relativas a gestão e proteção hídrica, leis de construção, leis relativas a cemitérios, leis sobre privacidade).

ANEXO 8

PROCESSOS QUE PERMITEM O USO DE ANÁLISE FORENSE DE DNA EM UM DESASTRE COM VÍTIMAS EM MASSA

A identificação forense humana deve ser realizada de uma maneira integral, usando todas as linhas de evidências disponíveis para identificar os mortos após um desastre. Caso seja utilizada tecnologia de DNA para identificar grandes quantidades de corpos após um desastre, devem-se considerar as seguintes questões. A tipagem do DNA é o maior avanço da ciência forense desde a descoberta das impressões digitais. Por mais contundente que possa ser em casos individuais, o uso do DNA para identificar grandes quantidades de pessoas em um desastre é complexo, sendo necessários os seguintes processos para ser implementado de maneira exitosa.¹⁷

PROCESSO	MOTIVOS PELOS QUAIS O PROCESSO É NECESSÁRIO
Cada corpo recebe um código único, é examinado segundo este manual, cujas constatações são registradas, e é armazenado de modo que possa ser localizável e acessível.	Este processo permite que corpos específicos com características e sinais distintivos, potencialmente identificáveis, cujo perfil de DNA se encaixe posteriormente com os familiares biológicos de uma pessoa desaparecida, sejam recuperados para <ul style="list-style-type: none"> • exame posterior; ou • entrega do corpo à família para o sepultamento; ou • possibilita a colocação de uma placa em memória com o nome correto caso o corpo já tenha sido sepultado e não será removido.
Uma amostra do corpo é obtida da qual pode-se extrair o DNA (p. ex músculo, osso, unha do pé).	Permite realizar o perfil de DNA da pessoa falecida.
A amostra é protegida, etiquetada (incluindo o código único) e armazenada de modo a impedir a deterioração, a continuidade é assegurada e está disponível para a tipagem.	Isso otimiza as chances de que a tipagem de DNA da amostra do cadáver seja possível ao minimizar a sua deterioração. Quando a tipagem for exitosa e permitir uma vinculação, isso faz com que seja possível rastrear o DNA a um corpo em particular de modo confiável.
Existe uma lista com os nomes das pessoas desaparecidas junto com informações <i>ante mortem</i> dessas pessoas em conformidade com este manual.	Sem uma lista das pessoas desaparecidas, não é possível fazer uma quantidade significativa de identificações sobre qualquer base (mesmo com exames DVI completos), incluindo a tipagem de DNA dos cadáveres. Sem uma lista será mais difícil obter as amostras de referência de DNA de familiares. Sem informações <i>ante mortem</i> sobre a pessoa desaparecida, não será possível corroborar qualquer vinculação de DNA com outras informações.

<p>Existe um sistema elaborado para permitir que os familiares das pessoas desaparecidas dadas como mortas forneçam amostras biológicas de referência.</p>	<p>Sem as amostras de referências adequadas (que variam segundo as circunstâncias e sistemas de tipagem), quantidades significativas de identificações com base no DNA não poderão ser feitas porque não haverá contundência estatística suficiente nas vinculações.</p>
<p>Identifique e contate os laboratórios que têm capacidade de processar grandes quantidade de amostras degradadas (de cadáveres) e de amostras biológicas de familiares. As amostras das vítimas e das famílias devem ser processadas em locais fisicamente separados caso seja utilizado um laboratório para todas as amostras.</p>	<p>Pode não haver laboratórios disponíveis no país. O envio de amostras ao estrangeiro pode ocasionar considerações psicossociais, políticas e logísticas para os familiares mais próximos e as autoridades.</p>
<p>Estabeleça um marco para a avaliação dos dados de DNA que considere o número de pessoas desaparecidas e adote limites estatísticos para as vinculações com base no DNA.</p> <p>Assegure-se de que exista um software adequado, junto com protocolos robustos, para comparação dos dois grupos de amostras (vítimas e familiares).</p>	<p>Um erro nesta etapa causará identificações falsas (possivelmente múltiplas), minando assim todo o processo de identificação.</p>
<p>Deve-se entender a necessidade de fundos para este processo e o financiamento deve ser encontrado.</p>	<p>Para desastres de grande magnitude, os fundos provavelmente estarão além das capacidades de muitos governos.</p>

ANEXO 9

A GESTÃO DE CADÁVERES DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS APÓS UM DESASTRE COM VÍTIMAS EM MASSA

Os visitantes ou residentes que são cidadãos de outros países terão famílias desesperadas para saber o que ocorreu com eles. Como definido na resolução AGN/65/RES/13 da Assembleia Geral da Interpol, “os seres humanos têm o direito de não perder a sua identidade após a morte”.¹⁸ Obter notícias da morte de um familiar e receber o corpo são duas questões de igual importância para as famílias locais e as estrangeiras. Portanto, é razoável que, em um desastre com muitas vítimas, se inclua no processo geral de gestão de cadáveres as medidas que se aplicarão no caso de corpos de cidadãos estrangeiros após a identificação.

Este é um princípio fácil de elaborar, mas difícil de implementar. Em última instância, a questão de averiguar quais corpos são de cidadãos estrangeiros é melhor resolvida com a identificação de todas as pessoas que morreram no desastre. Acredita-se às vezes que seja possível separar, antes da identificação, aquelas pessoas que poderiam ser estrangeiras das pessoas nacionais do país. Em geral, isso não pode ser feito de maneira confiável. Caso isso seja compreendido, a resposta inicial ao desastre será simplificada e evitará discriminação.

A pressão para localizar os cidadãos estrangeiros não deve ser permitida para distorcer as prioridades de uma abordagem sistemática local para identificar todos os mortos. Não seria apropriado, por exemplo, que uma equipe de outro país esteja presente no terreno apenas para lidar com os corpos supostamente do seu país. Um auxílio deste tipo deve estar disponível para a gestão dos cadáveres em geral. Desse modo, caso cidadãos de um país estrangeiro sejam encontrados, pode ser razoável, segundo a orientação dos responsáveis locais, que uma equipe desse mesmo país participe da gestão dos cadáveres.

Com relação ao Plano de Gestão em Caso de Vítimas em Massa que lida com a gestão geral dos mortos, deve-se incluir um passo que descreva os procedimentos a serem seguidos no caso de se encontrar corpos de cidadãos estrangeiros. Esses procedimentos devem ser estabelecidos previamente e pode envolver a participação da Interpol e do corpo diplomático/embaixadas estrangeiras.

ANEXO 10

PUBLICAÇÕES DE REFERÊNCIA

- ¹ Tidball-Binz, M. Managing the dead in catastrophes: guiding principles and practical recommendations for first responders. *Revista Internacional da Cruz Vermelha* 2007, 89 (866): 421-442.
- ² Principles of good DVI governance. Interpol Disaster Victim Identification Lyon: Interpol. (<http://www.interpol.int/INTERPOL-expertise/Forensics/DVI>).
- ³ The cluster approach. Humanitarian response. Genebra: Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. (<https://www.humanitarianresponse.info/en/coordination/clusters>).
- ⁴ de Goyet C. Epidemics caused by dead bodies: a disaster myth that does not want to die. *Revista Panamericana de Salud Pública* 15(5):297-9. (http://publications.paho.org/english/editorial_dead_bodies.pdf).
- ⁵ Douceron H, Deforges L, Gherardi R, Sobel A, Chariot P. Long-lasting postmortem viability of human immunodeficiency virus: a potential risk in forensic medicine practice. *Forensic Sci Int*. 1993;60:61-66.
- ⁶ Ebola virus disease. Fact sheet N°. 103. Genebra: Organização Mundial da Saúde; agosto de 2015. (<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs103/en/>).
- ⁷ Forensic Human Identification. Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2013. (<https://www.icrc.org/en/publication/4154-forensic-identification-human-remains>).
- ⁸ Haglund WD, Connor M, Scott DD. The archaeology of contemporary mass graves. *Historical Archaeology*. 2001; 35(1 Archaeologists as forensic investigators: defining the role): 57-69.
- ⁹ PAHO/WHO Resolution on the International Transportation of Human Remains. 1966. (<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/2177/CD16.R36en.pdf?sequence=1>).
- ¹⁰ Laboratory biosafety manual, third edition. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2004. (<http://www.who.int/csr/resources/publications/biosafety/Biosafety7.pdf?ua=1>).
- ¹¹ Personal protective equipment in the context of filovirus disease outbreak response. Rapid advice guideline. Genebra: Organização Mundial da Saúde; outubro de 2014. (<http://who.int/csr/resources/publications/ebola/ppe-guideline/en/>).
- ¹² Field situation: how to conduct safe and dignified burial of a patient who has died from suspected or confirmed Ebola virus disease. Genebra: Organização Mundial da Saúde; outubro de 2014. (<http://who.int/csr/resources/publications/ebola/safe-burial-protocol/en/>).
- ¹³ How to conduct safe and dignified burial of a patient who has died from suspected or confirmed Ebola virus disease. Organização Mundial da Saúde 2014. (http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/137379/1/WHO_EVD_GUIDANCE_Burials_14.2_eng.pdf?ua=1).
- ¹⁴ The impact of cemeteries on the environment and public health. Copenhagen: Escritório Regional da OMS para Europa; 1998.

¹⁵ Young CP, Blackmore KM, Leavens A, Reynolds PJ. Pollution potential of cemeteries. Bristol: Environment Agency; 2002.

¹⁶ Dent BB. The hydrogeological context of cemetery operations and planning in Australia. (Thesis). Vol 1. Sydney: 2002.

¹⁷ *Pessoas Desaparecidas, Análise de DNA e Identificação de Restos Mortais: Um guia para as melhores práticas em conflitos armados e outras situações de violência armada*. Segunda Edição. Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2009. (<https://www.icrc.org/en/publication/4010-missing-people-dna-analysis-and-identification-human-remains-guide-best-practice>).

¹⁸ Disaster victim identification. Resolução da Interpol N.º AGN/65/RES/13 da 65 Assembleia Geral da Interpol, Antalya, 23–29 outubro 1996. (<http://www.interpol.int/About-INTERPOL/Structure-and-governance/General-Assembly-Resolutions/Resolutions-1990-to-1999/1996-AGN65>).

Todas as referências da internet estavam ativas no momento da publicação deste manual.

ANEXO 11

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Organização Mundial da Saúde

<http://www.who.int/en/>

Organização Pan-Americana da Saúde

<http://www.paho.org/hq/>

Comitê Internacional da Cruz Vermelha

<http://www.icrc.org>

Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

<http://www.ifrc.org/>

Interpol

<http://www.interpol.int/>



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde

ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS Américas



Organização
Mundial da Saúde



CICV



Federação Internacional das Sociedades
da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

0880/007 07.2017 500

ISBN 978-2-940396-54-2



9 782940 396542